

Antonio Paim

**O RELATIVO ATRASO BRASILEIRO
E SUA DIFÍCIL SUPERAÇÃO**

**São Paulo
2000**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I. DESFECHO DA ERA VARGAS: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL SOB A ÉGIDE DO PATRIMONIALISMO

1. Etapas da configuração
 - a) Nosso intervencionismo econômico nada tem a ver com o keynesianismo
 - b) O papel de Vargas na concepção do projeto
 - c) A ação dos governos militares
2. Como se configura o patrimonialismo

II. DESFECHO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL: HEGEMONIA DO CIENTIFICISMO

1. Universidade para que? A resposta vitoriosa
 - a) Oposição dos positivistas à criação da Universidade
 - b) A campanha da ABE nos anos vinte
 - c) A UDF e os primórdios da USP
2. Como se configura a vitória do cientificismo

III. PERSISTÊNCIA DA MORAL CONTRAREFORMISTA

1. Enunciados básicos da moral contrareformista
2. Avaliação crítica
3. Como se evidencia a persistência

IV. PATRIMONIALISMO, CIENTIFICISMO E CONTRA-REFORMISMO – CONSEGUIREMOS VENCÊ-LOS?

1. Privatização, desregulamentação e consolidação das instituições do sistema representativo
2. Como institucionalizar a pesquisa científica e questões correlatas .
3. Vias de superação da moral contrareformista
4. O comportamento recomendável diante do mistério representado pela vitalidade das velhas tradições culturais

APRESENTAÇÃO

Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999) deixou-nos este registro: “O movimento romântico buscava a nossa peculiaridade: com um agudo senso do real, no momento em que, mal saídos da Independência buscávamos nossa afirmação como povo, o romantismo, de acordo com os esquemas de pensamento do tempo, insistiu no típico e no insólito... Outra vertente é a perspectiva da geração seguinte: ela já não quer por em relevo o específico nacional, mas integrar-nos na civilização ocidental, compreender nossas diferenças, em relação com os países mais adiantados do Ocidente, não como uma “diferença de natureza” mas como uma diferença de fase histórica, em função da qual se esclarecesse o nosso *atraso cultural* e se definisse um programa político-social, com um alto alcance pedagógico, capaz de *acelerar* a nossa marcha a fim de que pudéssemos alcançar os vanguardeiros da civilização”.⁽¹⁾

Acontece que a evolução cultural passou a ser entendida como estando subordinada aos rígidos esquemas dos *estados* positivistas, adiante substituídos *pelos modos de produção* marxistas. Em ambos os casos acaba por desaparecer a componente pedagógica, em lugar da qual se coloca a tutela da sociedade por um grupo que se arroga esse direito sempre em nome do saber. E assim a ciência vê-se despojada de seu valor heurístico e passa a se constituir num discurso a serviço de outros senhores que não o progresso autêntico.

Ao longo do século XX os tutores da sociedade conseguiram formular e levar a cabo o projeto de efetivar a Revolução Industrial. É o que se tem denominado de Era Vargas, compreendendo a Revolução de 30, seus desdobramentos e os governos militares. Sem ter entretanto renunciado ao precedente entendimento da ciência, isto é, ao cientificismo e sem ter identificado as causas culturais do nosso atraso, na verdade estamos longe de tê-lo eliminado, já que não se esgota no plano material.

O fato do Brasil ser hoje uma nação industrial torna o nosso atraso relativo. Mas nem por isto de fácil superação, como espero demonstrar no curso deste ensaio.

⁽¹⁾ *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*, São Paulo, Grijalbo/EDUSP, 1967, p. 14.

I. O DESFECHO DA ERA VARGAS: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL SOB A ÉGIDE DO PATRIMONIALISMO

1. Etapas da configuração do projeto da Era Vargas

a) *Nosso intervencionismo econômico nada tem a ver com o keynesianismo*

Coube aos positivistas substituir a idéia por demais abrangente de *progresso* pela de *desenvolvimento*. Já em Pereira Barreto (1840-1923) emerge essa preocupação. Entendia o eminente brasileiro que era preciso atrair emigrantes qualificados. Para esse fim, ainda sob o Império, bateu-se pela eliminação das discriminações legais a que se achavam sujeitas as outras religiões que não a oficial. Superada essa etapa, na República, trata de encontrar os exemplos capazes de facilitar a consecução daquele objetivo. Com esse intuito, comprovou a possibilidade do cultivo de uvas européias em São Paulo; empenhou-se em prol da erradicação da febre amarela; tornou-se arauto da extrema fertilidade da terra roxa. Queria demonstrar a fragilidade da imagem que nos apresentava como país tropical, inóspito, monocultor, sem potencialidades. Supunha, em suma, ser a rota do progresso material, associado à profunda transformação do sistema de ensino, que nos levaria ao estado positivo, pela força da ilustração e da adesão voluntária.

Mas seria na Escola Politécnica do Rio de Janeiro que o projeto irá assumir feição mais concreta. Adquirindo ali a sua formação, Margarino Torres publica, em 1906, um livro intitulado *O desenvolvimento econômico do Espírito Santo* e o governador do estado, na mesma fase, Jerônimo Monteiro, promove a criação de indústrias. Elaboração doutrinária completa, na matéria, seria obra de Aarão Reis (1856-1936). Centrando-a no intervencionismo estatal na economia, defende a hipótese desde o começo do século na *Revista da Escola Politécnica*, onde era professor. Engenheiro muito conhecido no país, exerceria importantes comissões, entre outras a de planejar e implantar a nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Aarão Reis é autor de um compêndio de economia política,⁽²⁾ adotado oficialmente na Escola Politécnica, como também de manual de matemática e de tratado de direito administrativo.

No compêndio de economia política, Aarão Reis parte da seguinte premissa geral: “Não podem os fenômenos sociais, como todos os demais fenômenos da natureza, estar isentos da subordinação fatal a leis determinadas. Firmar definitivamente esta noção sobre sólidas bases científicas foi a grande e monumental obra do imortal Augusto Comte”.⁽³⁾

No que se refere ao intervencionismo estatal, considera que este seria decorrência do desenvolvimento da sociedade industrial.

Escreve: “No início do moderno regime econômico da grande indústria ... pretendeu a metafísica econômica, na ilusão desse falaz fundamento, restringir as funções do Estado aos seus primordiais deveres de garantir, com eficiência completa, a integridade nacional e a tranquilidade pública interna, de modo a permitir a livre expansão da liberdade e

⁽²⁾ *Economia política, finanças e contabilidade*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918, 2 v.

⁽³⁾ Obra citada, p. 5.

firmar o direito, por meio de imparcial distribuição de justiça, de cuidadosa supressão de abusos e de vigilante afastamento de obstáculos. Era aliás o natural prolongamento... do *laissez faire – laissez passer*”. (§ 580, p. 312). E prossegue: “Dentro em pouco porém os próprios interesses nacionais e as próprias conveniências públicas foram reclamando que ... como propulsor do organismo social não pode (o Estado) deixar de intervir na movimentação normal de suas forças, como atento, discreto e patriótico regulador das funções econômicas”. (§ 581, p. 313).

Na mesma ordem em que efetiva, eis a enumeração que apresenta das atribuições do Estado na esfera econômica (§ 583):

- 1) Procurar, em interferência meramente fiscal, recursos para o custeio normal de sua própria subsistência como órgão imprescindível;
- 2) Proteger, animar ou favorecer certas operações industriais ou mesmo determinadas classes da população;
- 3) Realizar empreendimentos superiores às forças da iniciativa particular;
- 4) Impulsionar, dirigir e guiar a produção da riqueza, regular o respectivo consumo, assegurar a conveniente circulação e garantir justa e equitativa distribuição dela;
- 5) Estimular a atividade do trabalho e oferecer ao capital a imprescindível confiança sem a qual para logo se retrai e encolhe;
- 6) Coibir abusos e eliminar obstáculos;
- 7) Assegurar a salubridade indispensável à ação fecunda do trabalho, proporcionando-lhe também as condições higiênicas, de interesse tanto coletivo como individual, favoráveis à sua maior produtividade;
- 8) Atenuar quanto possível os inconvenientes decorrentes de uma concorrência desregrada, impedindo mesmo com mão forte que dela pretenda prevalecer-se o interesse sórdido da ganância individual contra os da coletividade;
- 9) Velar como possível pelo restabelecimento do conveniente equilíbrio entre consumo e produção, sempre que causas quaisquer tendam a rompê-lo;
- 10) Promover, incitar e amparar por acertadas disposições legais o espírito de associação para que aja eficientemente quer no sentido da produção e da circulação, quer no do consumo e ainda no da distribuição da riqueza; e,
- 11) Promover carinhosamente a educação popular no sentido de preparar os cidadãos para o exercício regular de todas as suas múltiplas funções, desde as da procriação de gerações fortes, sadias e robustas até da defesa intemerata da pátria nos campos de luta armada.

Aarão Reis condena a oposição a esse intervencionismo estatal a pretexto de que leva por vezes a intoleráveis exageros. Cabe, a seu ver, “coibi-los sem desfalecimentos e sem transigências” mas pretender eliminá-la, sob a inferência falaciosa “da eloqüente verbiagem da metafísica econômica”, seria contrariar o progresso normal da sociedade humana (§ 584, p. 314). Não há dúvida, acrescenta, que quando esse intervencionismo se traduz, na prática,

numa substituição do Estado ao particular, são, em geral, esses serviços assim oficializados, mais onerosos. Há porém casos em que sem essa interferência, serviços imprescindíveis ficariam por fazer enquanto outros, por sua natureza especialíssima, não podem ser confiados à iniciativa particular.

Contudo, caberia diretamente a Getúlio Vargas (1883-1954) dotar o país de um projeto de desenvolvimento econômico que, sucessivamente, assumiria a nítida feição de promover a Revolução Industrial. Os principais momentos desse processo consistem 1) nos desdobramentos das ações do Conselho Federal de Comércio Exterior, nos anos trinta e sob o Estado Novo; 2) nos projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e seu corolário com o Plano de Metas de JK e, finalmente, 3) na ação dos governos militares.

b) O papel de Vargas na concepção do projeto

Até a Revolução de 1930, a interferência do Poder Público nas transações com o exterior limitava-se à manipulação das tarifas aduaneiras. A partir de então, estabelece-se a ingerência na negociação da moeda estrangeira. De início instaura-se o monopólio oficial do câmbio. Em seguida, no período 1934-1937, os exportadores são obrigados a vender ao Banco do Brasil apenas 35% das cambiais em seu poder. O Estado Novo restaurou o monopólio e, a partir de 1939, instituiu os mercados oficial (alimentado por 30% das cambiais obtidas pelos principais produtos de exportação), livre especial e livre. A centralização das emissões pelo Banco do Brasil, no decênio anterior, é agora consolidada. Em 1931, negocia-se um “funding-loan”. A política de restrição às importações é sistematizada. Esse conjunto de tarefas e atribuições iria dar ensejo à criação, através de decreto de fevereiro de 1945, da Superintendência da Moeda e do Crédito, precursora do Banco Central. É muito sintomático que os serviços dessa superintendência somente tenham sido estruturados em 1953, no segundo governo Vargas.⁽⁴⁾

Datam do mesmo período as primeiras operações de intervenção direta do Estado na economia, das quais a mais importante corresponde à decisão de implantar uma usina siderúrgica, afinal efetivada em Volta Redonda, tendo sido inaugurada em 1946. O processo de implantação dessa indústria de base no país é bem conhecido. Mas convém lembrar que não se cogitou desde logo da hipótese de fazê-la diretamente pelas mãos do Estado nem muito menos de um programa de industrialização. Quando Vargas criou, em julho de 1934, o Conselho Federal de Comércio Exterior, seu objetivo explícito era tratar diretamente com especialistas e representantes classistas a fim de conciliar interesses em jogo mediante o equacionamento de soluções técnicas. Nesse Conselho é que foi amadurecendo a idéia de tornar seletivas as importações e de promover a sua substituição. Constituiu-se, em seu interior, uma Comissão Especial para estudar o problema do aço que, a partir de 1939, lutou por vincular exportações de minério, que se pretendia fossem tornadas monopólio estatal, à construção de uma usina cuja posse também ficaria em mãos do Estado. Segundo essa hipótese, as exportações de minério se efetivariam numa primeira etapa, para pagar a importação de equipamentos e, na etapa subsequente, de operação da usina, as compras

⁽⁴⁾ Análise circunstanciada da experiência brasileira de disciplinamento do comércio exterior foi efetivada por J. O. Knaack de Souza. *Estruturas do comércio exterior brasileiro e suas implicações econômico-financeiras*. São Paulo, ANPES, 1970.

externas de carvão.⁽⁵⁾

Para alcançar a posição de polo aglutinador após ter chegado ao governo com o movimento de 1930, Vargas cuidou de equacionar os problemas políticos em termos técnicos. Justamente isto o levaria a dar ao Estado a atribuição de promover a racionalidade econômica. A intervenção direta na economia seria uma decorrência de tal diretriz.

O castilhismo cogitara da intervenção direta do Estado na economia mas de forma bastante restrita, conforme se pode ver da manifestação adiante, de Borges de Medeiros: “A administração direta de alguns serviços industriais, quando de utilidade pública, obteve entre nós a consagração vitoriosa dos fatos e o assentimento geral. É a municipalização, quando se trata de serviços urbanos, como os de água, esgotos, luz, energia elétrica etc.; é a socialização quando os serviços são de interesse estadual. Presidindo o livre jogo das forças econômicas, compete ao Estado exercer uma ação reguladora, na medida das necessidades indicadas pelo bem público. Deriva-se dessa concepção o princípio que aconselha a subtrair da exploração particular, privilegiada, tudo quanto se relaciona com o interesse da coletividade: é a socialização dos serviços públicos, servindo essa designação genérica para exprimir que a administração de tais serviços deve estar a cargo exclusivamente do poder público.”⁽⁶⁾

É possível que os engenheiros militares que assessoravam Vargas e o levaram à solução intervencionista do problema do aço, tivessem conhecimento das idéias difundidas na Escola Politécnica por Aarão Reis. Este, em seu magistério e no manual de economia política que elaborara e fora adotado na Escola (*Economia política, finanças e contabilidade*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918) tinha uma visão bastante ampla da intervenção do Estado na economia, conforme tivemos oportunidade de indicar. Ainda assim, Vargas terá fundido numa só as duas vertentes de inspiração positivista, a castilhista e a intervencionista do domínio econômico.

O fim do Estado Novo acarretou novas prioridades: impunha-se promover a reconstituição das instituições democráticas. Ainda que no governo Dutra hajam sido implantados projetos que estavam na linha do desenvolvimento econômico, foi somente após a volta de Vargas ao poder que se empreendem alguns passos decisivos em prol de sua plena formulação. O mais importante deles seria o deslocamento da ação estatal de cunho modernizador e positivo na direção do que mais tarde se denominou de “planejamento”, entendido não como instância administrativa mas como um conjunto de técnicas destinadas a assegurar a consecução de determinadas metas.

A configuração da nova esfera é obra da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos iniciou seus trabalhos em 19 de julho de 1951, em decorrência de acordo firmado com os Estados Unidos em dezembro de 1950. Funcionou ininterruptamente até dezembro de 1953. Após essa data, todo o seu acervo passou ao Conselho Técnico de Economia e Finanças que o divulgou durante o ano de 1954.⁽⁷⁾ Contou com a colaboração de cerca de cinquenta técnicos “senior” brasileiros, recrutados

⁽⁵⁾ O funcionamento do Conselho Federal de Comércio Exterior foi descrito por John D. Wirth. *A política do desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

⁽⁶⁾ *Apud* Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*, 2ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967, p. 200.

⁽⁷⁾ Essa documentação abrange 17 volumes, compreendendo o Relatório Geral (2 vols.); Projetos de Transportes (9 vols.); Projetos de Energia (4 vols.); Projetos Diversos (1 vol.) e Estudos Diversos (1 vol.).

entre a elite acadêmica e na Administração, bem como de variado grupo de especialistas estrangeiros.

A Comissão Mista procedeu a amplo diagnóstico da economia brasileira. Identificou desde logo uma série de fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico, entre outros o aparecimento de um grupo de homens de empresa, criativos, empreendedores e abertos a projetos de longo prazo, embora reconhecesse o predomínio das unidades familiares fechadas; a modernização de métodos agrícolas; melhoramento em tecnologia, educação e saúde; sensibilidade e adaptabilidade da economia a variações de preços e mercados; e mobilidade do capital e da mão-de-obra. Mais tarde, o empenho modernizador cifrar-se-ia na mobilização de tais ingredientes.

Em relação aos fatores desfavoráveis, a Comissão chamou a atenção para aspectos igualmente essenciais, embora não se possa dizer que, no ciclo subsequente se haja atentado para a sua significação, a exemplo do que ocorreria com as componentes favoráveis.

Os técnicos da Comissão Mista consideraram que os obstáculos ao desenvolvimento decorriam tanto de condições naturais como de circunstâncias sociais e culturais. Não pretenderam estabelecer qualquer hierarquia mas chamar a atenção para a solidariedade desse conjunto.

Dentre as condições naturais, destacou-se a vigência de clima tropical exaustivo em muitas áreas litorâneas; o insucesso em descobrir reservas de petróleo em larga escala ou de carvão de primeira qualidade; a formidável barreira representada pela serra do Mar; o fato de que os maiores rios da área central tenham seu curso na direção “errada” e, finalmente, o fato de que grande parte dos solos disponíveis achem-se sujeitos a rápida erosão.

A presença de tais fatores, por si só, não explica, contudo, a vigência do subdesenvolvimento. As dificuldades naturais não foram superadas em decorrências de atitudes e instituições culturais e sociais. A esse propósito afirma-se no Relatório Geral: “Entre tais atitudes e instituições destacam-se a tradição herdada de uma agricultura devastante e feudal, os hábitos especulativos do comércio e um sistema de governo paternalístico. O fenecimento da classe alta, rural e feudal, da era monárquica – que produziu, sem dúvida, notáveis estadistas e servidores públicos – e a emergência de novos grupos de poder político e econômico não foram acompanhados por um rápido desenvolvimento de novas atitudes em relação à educação, tecnologia e governo. A educação continuou a orientar-se no sentido de assegurar posição social, ao invés de dar ênfase ao treinamento técnico para tarefas agrícolas e industriais. O governo permaneceu pessoal e paternalístico em alto grau, revelando-se todos os grupos ansiosos por auxílio e proteção governamental”.⁽⁸⁾

Para fazer face a circunstâncias tão complexas a Comissão Mista recomendou a atuação em setores muito limitados. Essa estratégia se justifica, no entendimento dos técnicos que a integraram, pelo fato de que, se bem esse programa represente apenas uma pequena parcela dos investimentos totais do país, “provavelmente contribuirá para a criação de uma nova concepção de prioridades, a qual, é lícito esperar, influenciará, de futuro, os critérios de investimentos e planejamento de todo o setor público da economia”. Assim, não se pretendeu nada de espetacular mas o estabelecimento de um novo estilo.

⁽⁸⁾ *Relatório Geral* – Tomo I. Rio de Janeiro, 1954, p. 40.

O princípio essencial da atuação recomendada acha-se formulado nos seguintes termos: “Em qualquer programa de desenvolvimento econômico, é absolutamente vital que se canalizem recursos, em tempo útil, em certos setores-chave cuidadosamente selecionados. Esse princípio era de aplicação particularmente pertinente no caso da Comissão Mista, que não tinha expectativa razoável de dispor senão de recursos limitados, quer em moeda nacional, quer estrangeira, para o financiamento de seu programa. A manutenção de uma disciplina de prioridades, com o fito de evitar a dispersão de recursos, implicava numa escolha de regiões de aplicação, setor econômico e projetos individuais de maneira que se rompessem os pontos de estrangulamento que ameaçam retardar o crescimento da indústria e da agricultura no Brasil, e desse lugar a uma “reação em cadeia” propícia ao desenvolvimento”.⁽⁹⁾

Ao longo de sua atividade a Comissão Mista atuou através destas subcomissões: 1) energia elétrica; 2) transporte ferroviário; 3) transporte sobre água; 4) portos; 5) agricultura e, 6) assistência técnica. Além do exame da situação geral de cada um dos grupos de atividades considerados, selecionou-se o tipo de atuação mais recomendável. Para cada uma de tais iniciativas elaborou-se o correspondente *projeto*. Mais tarde semelhante procedimento seria generalizado. Na época correspondia a fato inusitado.

O *projeto* descrevia a situação do mercado e avaliava as condições vigentes no atendimento da demanda. Na eventualidade de que se justificassem investimentos corretivos, a iniciativa era concebida, do ponto de vista técnico, em seus mínimos detalhes. Seguiu-se o dimensionamento das inversões requeridas e a identificação das fontes de financiamento.

A Comissão Mista elaborou 18 projetos de reaparelhamento ferroviário; projetos de dragagem e reaparelhamento de 16 portos; projeto de reaparelhamento da frota mercante, construção de estaleiros e de recuperação da navegação do Prata. A preferência pela modernização de tais setores dos transportes deveu-se à existência de estoque substancial de capital investido, ameaçado de deterioração pela ausência de recursos para manutenção e aperfeiçoamento, além do fato de que sua presença encontrava justificativa econômica em diversas regiões do país.

O segundo campo de atuação prioritária era o de energia elétrica, tendo se optado basicamente pelos projetos de geração de energia hidráulica, dimensionados e concebidos em função das estimativas de mercado.

A Comissão recomendou reduzido número de projetos no âmbito da agricultura (maquinaria agrícola e armazenamento de grãos) e só dois projetos industriais. O primeiro destinava-se a implantar a indústria de álcalis, com vistas à poupança cambial e ao estabelecimento de um núcleo da indústria química pesada. O segundo à produção de tubos de ferro centrifugados, produto que se considerou indispensável para a consecução de saneamento de cidades do interior.

Em termos globais, a Comissão Mista elaborou 41 projetos prioritários, com a seguinte distribuição dos recursos: transportes, 60,6%; energia, 33,1%; indústria, maquinaria agrícola e armazenamento de grãos, 6,3%.

Ainda no período de seu funcionamento, a Comissão Mista promoveu a

⁽⁹⁾ *Relatório Geral*, tomo cit., p. 135.

organização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com o propósito de financiar o que então se denominou de “plano nacional de reaparelhamento”. Ao BNDE cabia a mobilização da parcela de moeda nacional comprometida nos projetos antes mencionados, tendo passado a atuar preferentemente na execução do reaparelhamento ferroviário. A própria Comissão Mista incumbiu-se de promover a negociação de empréstimos estrangeiros, em especial junto ao Banco Mundial (BIRD). Posteriormente essa tarefa foi transferida ao próprio BNDE. A Comissão deu curso ainda a um programa de treinamento de técnicos brasileiros no exterior, com vistas sobretudo à formação de uma elite familiarizada com a elaboração de projetos e a efetivação e controle de financiamentos de longo prazo.

As idéias popularizadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos seriam posteriormente incorporadas aos propósitos modernizadores do Estado. Em primeiro lugar o entendimento de que, na ação planejada, deve-se ter presente que, sendo limitados os recursos disponíveis, o essencial é estabelecer a necessária escala de prioridades. Outro elemento igualmente valorizado correspondia à clara definição das fontes de financiamento e na adequada mobilização de agências estrangeiras. Contudo, tais procedimentos seriam compreendidos e valorizados quase que exclusivamente pelo limitado número de técnicos brasileiros que viveu essa experiência. Faltava um elemento catalisador apto a erigi-lo em patrimônio de comunidade mais ampla. Esse elemento viria a ser o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, fruto, como se disse, de recomendações da Comissão Mista.

Criado em 1952, o BNDE logo conquistou posição de liderança, dando início ao estabelecimento de normas de atuação inteiramente novas no conjunto da administração tradicional. O essencial corresponde ao empenho de submeter certos órgãos públicos a regime de *projeto*, isto é, ao imperativo de consubstanciar seus propósitos e planos num documento que leve em conta as exigências do mercado, componha adequadamente as fontes de recursos a mobilizar e assegure o retorno do investimento. A aplicação conseqüente desse conjunto de princípios iria levar a que se desse preferência à gestão empresarial. Criam-se então diversas empresas. O importante a destacar é que no seio destas algumas tiveram a possibilidade de alcançar sucesso, em termos de economia de mercado, o que permitiu evidenciar a vitalidade do novo segmento em emergência, mesmo quando a componente modernizadora da tradição patrimonialista virtualmente desapareceu sob Goulart.

Finalmente o novo estilo ganharia uma outra componente através do Programa de Metas do Governo Kubitscheck. Embora se tratasse de metas isoladas, foram considerados temas de grande relevância, como a questão da energia, dos transportes e da indústria de base. O BNDE que era, na prática, o gestor do programa, teria oportunidade de testar e aprimorar as novas técnicas nos setores essenciais da economia brasileira. Tratava-se de uma etapa prévia e inelutável, requerida por uma ação modernizadora global e interativa.

c) A ação dos governos militares

Caberia basicamente aos governos militares do período 1964-1984 implantar uma infra-estrutura econômica e urbana que colocou o país entre as maiores economias do mundo.

Nos decênios de sessenta e setenta ocorreu modificação substancial na distribuição da população do território nacional. Assim, em 1960, a população urbana representava cerca de 45% do total, enquanto em 1980 moravam nas cidades aproximadamente 70% (80,4 milhões de pessoas), tendência essa que prosseguiu no decênio

seguinte. Em que pese correspondesse ao período relativamente curto, logrou-se, em grande medida, erigir uma infra-estrutura urbana moderna. Dos 17,8 milhões de domicílios urbanos existentes em 1980, 76% estavam ligados à rede geral de abastecimento de água e o esgotamento sanitário adequadamente constituído beneficiava aproximadamente 7 milhões de domicílios urbanos (40% do total).

Em 1980, o nosso país dispunha de cerca de quatro mil cidades, classificadas do seguinte modo:

Número de habitantes	nº de cidades	%
Até 20 mil	3.495	87,60
20.001 a 100 mil	401	10,00
100.001 a 500 mil	81	2,00
500.001 a 1 milhão	7	0,20
Mais de 1 milhão	7	0,20
Totais	3.991	100,00

Segundo o Censo de 1991, as maiores cidades, naquela data, eram em número de oito, variando a população de cada uma delas de 9,5 milhões (a maior, São Paulo) a 1,3 milhão (a menor, Nova Iguaçu).

Embora em algumas dessas grandes cidades se hajam formado periferias pobres e sem condições de habitação e existam, em diversos estados, unidades pequenas sem qualquer dinamismo e de onde as pessoas se sentem estimuladas a emigrar, o núcleo básico das cidades brasileiras registra nível de civilização material equiparável à parcela desenvolvida do mundo. Abrangendo o interior de São Paulo, o Norte do Paraná, o Oeste de Santa Catarina, diversas regiões do Rio Grande do Sul, o estado de Mato Grosso do Sul, Sul de Goiás, Triângulo e Sul de Minas, formou-se um imenso bolsão de moderna agricultura, pujantes agroindústrias e núcleos urbanos bem-sucedidos, onde não há pedintes nas ruas e nem miséria gritante. Esse bolsão compreende cerca de 30 milhões de pessoas (20% da população recenseada em 1991, equivalente a 146,2 milhões). Afora esse núcleo, há pólos de progresso espalhados por todo o país aptos a servir de base para a eliminação das grandes disparidades regionais.

Interligando esses núcleos populacionais, erigiu-se invejável infra-estrutura de transportes, que compreende uma rede rodoviária primária – constituída de estradas vicinais e municipais – acoplada à rede principal, esta com cerca de 200 mil km, dos quais 100 mil pavimentados.

Completa-se a infra-estrutura econômica pela presença de uma rede interligada de centrais hidrelétricas, destacando-se os sistemas de Furnas, que abrange os estados da Região Sudeste e mais o Distrito Federal e Goiás, tendo em seu interior as áreas da Cemig (Minas Gerais), da Light (Rio de Janeiro) e da Eletropaulo (São Paulo); a Eletro Sul, abrangendo

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o sistema Nordeste, capitaneada pela CHESF (Centrais Elétricas do São Francisco) e o da Região Norte. A Usina Hidrelétrica de Itaipu, com capacidade para gerar 12,6 milhões de kw, inclui-se entre as maiores do mundo.

Finalmente, a infra-estrutura econômica implantada no período compreende ainda o serviço de telecomunicações, que logrou manter praticamente todo o país ligado pelo sistema DDD.

O fenômeno da industrialização e da modernização econômica se fez acompanhar de uma brutal estatização da economia.

Em pesquisa realizada no ano de 1973, Gilberto Paim evidencia o fenômeno porquanto o Estado detinha 45,8% do patrimônio líquido do mundo empresarial brasileiro (5.275 maiores empresas não-agrícolas). Eis os resultados registrados por essa pesquisa:

**Estoque Brasileiro de Capital
Segundo a Origem**

Setores	Patrimônio líquido (1973) Cr\$ Milhões	% do Total	Nº de Empresas	% do Total
Privado Nacional	126.362,10	39,30	4.280	81,40
Público	147.275,60	45,80	316	6,00
Estrangeiro	46.421,40	14,40	618	11,80
Capital nacional gerido por empresas estrangeiras	1.742,10	0,50	43	0,80
Total	321.801,20	100,00	5.257	100,00

No período subsequente a estatização seguiu seu curso. No setor de aço, por exemplo, o patrimônio líquido das empresas governamentais somava US\$ 7,6 bilhões contra US\$ 3,3 bilhões dos grupos privados. Nos anos posteriores criaram-se duas novas usinas siderúrgicas sob hegemonia estatal (Cia. Siderúrgica de Tubarão e Açominas).

Nos começos da década de oitenta o Governo criou a Secretaria de Controle das Empresas Estatais – SEST, que produziu alguns balanços adiante resumidos.

De acordo com o Cadastro das Empresas Estatais, elaborado pela SEST esse universo achava-se distribuído do seguinte modo, em setembro de 1984:

Discriminação	Nº de empresas
Setor produtivo estatal	234
Entidades típicas de Governo	142
Previdência Social	6
Bancos oficiais federais	14
Concessionários de serviços públicos	26
Total	422

As denominadas entidades típicas de governo correspondem a simples eufemismo, nada justificando o seu estatuto empresarial, pois não geram recursos próprios. Seus dispêndios, em 1984, foram fixados em Cr\$ 5,4 trilhões (esse valor poderia exprimir uma ordem de valor de US\$ 3 bilhões).

As empresas do setor produtivo estatal tinham, em 1983, um imobilizado equivalente a Cr\$ 71,5 trilhões (em US\$ uma ordem de grandeza de 40 bilhões) assim distribuídos: setor hidrelétrico 38,1%; setor siderúrgico-metalúrgico 23,2%; transportes 14,8%; extração e beneficiamento de minerais 10,7%; comunicações 8,4%; demais setores 4,7%.

De acordo com a SEST, as empresas estatais registraram, em conjunto, prejuízo operacional de Cr\$ 410 bilhões (cerca de 2,4 bilhões de dólares), em 1982; no ano seguinte, o prejuízo passou a Cr\$ 1,5 trilhão (mais ou menos 2,5 bilhões de dólares). Esse prejuízo correspondeu, em 1982, a 5,6% das receitas operacionais e, em 1983, a 8,3% das mesmas. De um ano para outro, o déficit ficou muito acima do anterior em termos reais. Em 1982, as receitas operacionais alcançaram a cifra de Cr\$ 7,25 trilhões (com o emprego de uma taxa cambial de Cr\$ 173 por dólar, esse valor corresponderia a cerca de 42 bilhões de dólares). Em 1983, as receitas cresceram para Cr\$ 18,1 trilhões (ou 34,7 bilhões, à taxa de Cr\$ 521, que produz valor inferior ao de 1982). O valor em moeda nacional foi também menor. Não acompanhou a taxa inflacionária de 211,0%.

Em 1983, as empresas estatais empregavam 1.349.840 pessoas, número que configura uma enormidade, em termos de desperdício de recursos financeiros e de subemprego da força de trabalho. Considere-se, a propósito, que, em sua maioria, essas empresas são modernas ou modernizadas, o que significa que o seu coeficiente de capital implica o emprego de pouca mão-de-obra. Tomando-se o setor elétrico como exemplo, é fácil identificar a forma pela qual as estatais fomentaram o empreguismo. As usinas geradoras de eletricidade implantadas no País são unidades modernas de grande porte. Para serem operadas com eficiência requerem apenas pequenos contingentes de mão-de-obra especializada. Não eram necessárias, por conseguinte, as trinta e oito empresas estatais organizadas para administrar esse conjunto. Desse modo, verifica-se que a natureza e as características de tais empreendimentos foram dissociadas das estruturas administrativas que lhes correspondem. A função de tais estruturas consiste em multiplicar os cargos de diretores e em aumentar os

contingentes de funcionários subordinados para justificar uma safra tão prodigiosa de diretorias.

Não dispõe de nenhuma avaliação conclusiva acerca dos níveis alcançados pela estatização da economia brasileira. Contudo, o prof. Mário Henrique Simonsen calculou a participação do Estado no conjunto dos investimentos, ao longo dos anos setenta e em parte da década seguinte, em 64%. Tenha-se presente que este resultado superpuxa-se à estatização de quase 50% da economia, observada por Gilberto Paim nos começos do decênio de setenta. De sorte que não se deve considerar nenhum exagero a suposição de que os níveis de estatização da economia brasileira tenham chegado a 70%.

Muitos analistas têm insistido em que o fenômeno observado no Brasil teve lugar também na Europa, tratando-se na verdade de um resultado do keynesianismo, ainda que presumivelmente indesejado. Vale a pena determo-nos nesse tipo de ressalva.

Creio que não há nenhuma evidência, na obra de Keynes, de que admitiria a intervenção direta na economia, isto é, a produção pelo Estado de bens e serviços como parte de sua política anticíclica. O fato de que, na Europa do pós-guerra, se hajam disseminado as chamadas nacionalizações obedece a outras causas.

Maurice Duverger, no livro *Les oranges du lac Balaton* (Paris, Seuil, 1980) aponta algumas determinantes.

A nacionalização (estatização) da indústria automobilística na França correspondeu a uma represália ao comportamento de seus proprietários durante a ocupação alemã. Na expressão de Duverger: “Em Paris, a Renault foi confiscada a um colaboracionista”.

Na Áustria, temendo que os russos desmontassem as fábricas que trabalharam para Hitler e as levassem embora, procedeu-se à sua encampação.

Na Itália, muitas empresas foram absorvidas pelo Estado devido à pressão dos sindicatos e dos comunistas para salvar estabelecimentos mal geridos e à beira da falência.

A Inglaterra é certamente um caso à parte, desde que a chegada dos trabalhistas ao poder, logo no início do pós-guerra, criou uma situação nova. Cumpre observar que vinham procurando mostrar que o keynesianismo representava uma espécie de capitulação diante do socialismo. Na obra antes mencionada, Duverger refere este pronunciamento do líder trabalhista Bowe, nos anos trinta: “A Teoria Geral acha-se perfeitamente em harmonia com a política do trabalhismo e, o que é mais importante, exprime na forma de teoria econômica o que sempre esteve implícito na atitude do movimento trabalhista”.

O certo é que o Partido Trabalhista promoveu ampla estatização da economia, a começar pelo Banco da Inglaterra.

Ainda assim, os níveis alcançados pela presença do Estado na economia nada têm a ver com o que ocorreu no Brasil. Estima-se que os mais elevados se tenham verificado na Áustria, oscilando entre 30 a 35%. Na Inglaterra, como em outros países, a estatização nunca superou 30%.

2. Como se configura o patrimonialismo

O entendimento de que o Estado brasileiro corresponde a Estado Patrimonial resulta das tentativas de aplicação dessa categoria à nossa realidade por Raimundo Faoro e concluída, basicamente, por Simon Schwartzman e Ricardo Vélez Rodríguez. O comportamento desse tipo de elite do poder pode ser aproximado do que ocorreu na Rússia sob o regime soviético. A burocracia dirigente foi ali denominada de *nomenklatura*. Com o fim do comunismo verificou-se que as situações de pobreza são a nota dominante. Comprovou-se que o país louvava-se de grandes mentiras, como vinha advertindo Lezeck Kolakowski. Fazendo crer que resolveram a chamada questão social, os russos sequer foram capazes de constituir um mínimo de previdência social. Conclui-se que o comunismo não passou de uma das virtualidades do velho Estado Patrimonial Russo, cuja característica essencial consiste na apropriação da riqueza nacional pela elite burocrática dirigente.

Embora não se haja promovido um balanço sereno das realizações da Revolução de 64 no tocante à modernização econômica, pode-se entretanto afirmar, sem sombra de dúvida, que completou a nossa Revolução Industrial. Ora, se confrontarmos esse resultado, no Brasil, com o que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, o mais chocante é que aqui parece haver-se acentuado a pobreza enquanto ali desapareceu a indigência e as camadas pobres correspondem à minoria. E nem só isto. Nos Estados Unidos, são consideradas pobres as famílias que, no presente exercício fiscal (1999-2000), têm renda anual inferior a US\$ 17 mil, equivalendo a 15% da população. Em termos nacionais, rendimentos próximos de US\$ 1500 mensais (cerca de R\$ 3.000 nas cotações de fins de 99) colocariam seus possuidores na classe média. O próprio presidente Médici referiu o contraste ao pronunciar esta frase que ficou tão famosa: “País rico; povo pobre”.

Como se explica que o processo de industrialização e de modernização econômica em geral, ocorrido no Brasil, não se haja traduzido na correspondente distribuição de renda, a exemplo do que se verificou na Europa Ocidental e nos Estados Unidos? Pode ser uma visão impressionista; não obstante, quem percorrer algumas regiões do país, onde não se verifica a presença do Estado e predomina a agricultura e a agroindústria modernas salta às vistas o alto padrão do conjunto da população e a inexistência do quadro degradante de pessoas dormindo nas ruas e pedindo esmolas que permeia todas as nossas grandes cidades, para não falar da miséria gritante que reina nas pequenas comunidades localizadas fora dos bolsões de modernidade.

Com a abertura política e o empenho de proceder-se a reformas do Estado esse quadro impressionista tem assumido feição muito nítida, tornando patente que a elite burocrática apropriou-se cinicamente dos resultados de nossa Revolução Industrial. Vejamos os elementos comprobatórios dessa apropriação.

Os lucros obtidos pelas empresas estatais foram diretamente transferidos para os Fundos de Pensões dos funcionários. Estima-se que essas transferências correspondam a algo em torno de US\$ 100 bilhões, recursos que seriam suficientes para criar sistema atuarial – investimentos que proporcionassem renda – da Previdência Pública, disposição legal que o Estado nunca cumpriu. Mesmo aquelas empresas estatais que sistematicamente davam prejuízos tiveram os seus fundos constituídos com recursos do Tesouro. A Rede Ferroviária ao longo de sua existência dava prejuízos anuais superiores a US\$ 100 milhões e nem por isto deixou de ser agraciada com o correspondente Fundo de Pensões, que até dispunha de

dinheiro para adquirir empresas, como foi o caso da Mafersa.

Muito provavelmente, as transferências para os Fundos de Pensões das estatais – que tornam ridículos os dividendos auferidos pelo Tesouro, como tem demonstrado cabalmente Roberto Campos – correspondem a valores superiores aos do próprio patrimônio das empresas. O fato de que não se tenha cogitado de privatizar o Banco do Brasil e a Petrobrás, com seus fundos milionários participando da aquisição de empresas, certamente vai dar muita dor de cabeça às futuras gerações.

Sabe-se hoje que, dispondo da prerrogativa de aposentar-se com salários integrais, os empregados das estatais trataram de fazê-lo dentro dos prazos os mais curtos. Conforme o processo de privatização tornou público, metade dos 16 mil funcionários de Furnas acham-se aposentados e o Estado tem que assumir esse ônus para viabilizar a privatização. Tenha-se presente que, segundo a feliz definição do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, dinheiro público não existe pois trata-se de “dinheiro meu, seu, nosso”, isto é, saído do nosso esforço e do nosso trabalho. E, assim, nós é que vamos continuar pagando a conta.

O conjunto do funcionalismo dispõe dessa prerrogativa de aposentadoria integral. Na votação dos projetos destinados a unificar esse sistema com o do setor privado tornou-se do conhecimento público este confronto em matéria de diversidade de aposentadorias: o máximo que o INSS concede oscila entre oito e nove salários, sendo de destacar que muito dos que obtiveram esse máximo (a média é ridícula, oscilando entre um e dois salários já que a imensa maioria recebe apenas o mínimo) contribuíram durante largo período sobre 20 salários. Enquanto isto, a média do Judiciário é de 58 *salários*. Os dados relativos aos valores máximos recebidos em forma de aposentadoria não foram divulgados, mas sabe-se que no setor público há pessoas que recebem, a esse título, até R\$ 50 mil mensais.

Todos assistimos à brutal resistência no sentido de criar-se um patamar de aposentadoria comum aos setores público e privado. Esse patamar equivaleria a 10 salários mínimos. A previdência complementar seria aberta a todos, de modo que as futuras gerações não mais se defrontariam com as gritantes disparidades atuais. Para tanto, seria necessário que os atuais beneficiários contribuíssem para a redução do déficit. O Supremo Tribunal Federal bloqueou a iniciativa e o próprio presidente da instituição sentiu-se à vontade para dizer que se recusava a atender àquela exigência porque os descontos o privariam da troca anual de automóvel (referindo-se naturalmente ao carro que usa nos fins de semana pois tem à sua disposição carro de luxo com chofer, devidamente refrigerado que ninguém é de ferro). O comportamento do magistrado foi muito valioso para que a população entendesse em que consiste o patrimonialismo. Ao invés de servir, como seria de esperar da condição de servidor público, os integrantes da nomenclatura só pensam em servir-se.

Considero que outro exemplo típico de patrimonialismo corresponde às denominadas políticas sociais do Estado. Tais políticas consistem basicamente no seguinte: o Estado se propõe, de alguma forma, apoiar populações carentes. A partir daí criam-se as estruturas burocráticas correspondentes, os orçamentos atribuem-lhes verbas e a ninguém ocorre fazer uma avaliação. O objeto claro é constituir novas burocracias. É bem expressivo dessa situação o fato de que, desde 1930, o país haja empreendido nitidamente o caminho da preferência pelos pobres e tudo fazer “pelo social”, enquanto a pobreza alcança níveis assustadores.

De sorte que a utilização da categoria de corporativismo para designar atitudes

como as descritas – utilização do Estado em benefício próprio, ou privatização poder, como prefere denominar Ricardo Vélez Rodríguez – não parece muito apropriado. O correto seria denominá-las diretamente de patrimonialismo.⁽¹⁰⁾

⁽¹⁰⁾ No livro *A querela do estatismo* (2ª ed., Tempo Brasileiro, 1994) realizo o balanço da aplicação da categoria de Estado Patrimonial à realidade brasileira.

II. DESFECHO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO EDUCACIONAL: HEGEMONIA DO CIENTIFICISMO

1. Universidade para que? A resposta vitoriosa

a) *Oposição dos positivistas à criação da Universidade*

Embora a idéia de Universidade não haja desaparecido de todo, nossa elite no século passado acomodou-se ao sistema francês das grandes escolas. Com a ascensão do positivismo a partir dos anos setenta, o alheamento torna-se franca oposição. Naquela mesma década, na obra de difusão do positivismo intitulada *As três filosofias* – das quais publicaria *Filosofia teológica* (1874) e *Filosofia metafísica* (1876) – Luiz Pereira Barreto (1840-1923) afirma: “A Igreja e a Academia, tais são, por toda parte, as duas grandes cúmplices que estão resolvidas a instruir-nos – embrutecendo-nos. É o ensino, emanado dessas duas corporações, que constitui a verdadeira fonte da corrupção dos nossos costumes sociais”. A essa mesma personalidade caberia formular os argumentos contra a criação da Universidade que seriam aceitos sem reservas nas primeiras décadas republicanas.

O esquema positivista de que a humanidade atravessaria três estados, aplicado à Universidade, sugere que tendo surgido no estado teológico e sobrevivido no seguinte (estado metafísico), ficou desde logo na situação de servir a dois senhores. Com o surgimento da ciência, a Universidade não se faria de rogada. Esclarece: “Aí se ensina a idolatrar o passado e a abominar o presente. Mas também o contrário. Aí se ensina que existe um Deus, que existem muitos, que não existe nenhum. Todas as contradições, todos os disparates aí encontram uma cadeira assalariada. Trata-se, portanto, de um *verdadeiro flagelo social*”.⁽¹⁾

Como se vê, a formação plural que é uma conquista moderna, seria simplesmente ridicularizada pela corrente tornada majoritária e que aspirava restaurar o clima cultural medieval. Adicionalmente, em nome da Igreja Positivista, Teixeira Mendes (1855-1927) indicaria que a reforma do ensino requerida pela grandeza nacional não compreende a instituição universitária, iniciativa que somente poderia gerar como resultado a sistematização de nossa pedantocracia e o atrofiamento do desenvolvimento científico, isto é, aquele preconizado por Comte e com vistas ao terceiro estado.

O governo brasileiro, sentencia finalmente, deve renunciar ao estabelecimento de um sistema de educação nacional, que só os positivistas seriam capazes de empreender, no momento oportuno. Enquanto tal oportunidade não se apresenta, deve limitar-se a assegurar a instrução elementar, sem compromisso com qualquer das “filosofias” existentes, e a desenvolver o ensino especial (profissional) sem conceder privilégios aos que o cursarem.⁽²⁾

A argumentação positivista, como se vê, tangencia o essencial. Em nome do regime ideal, volta-se as costas ao real. Na verdade, o problema do ensino propriamente dito não é sequer apontado.

Apesar disso os positivistas lograram influenciar a maioria dos componentes dos

⁽¹⁾ Apud Roque Spencer Maciel de Barros – *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo, Faculdade de Filosofia da USP, 1959, p. 328-329.

⁽²⁾ Cf. *A Universidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro, 1913 e Roque Spencer Maciel de Barros, obra cit. P. 331-332.

órgãos decisórios e por isto mesmo são responsabilizados diretamente pelo abandono sistemático da idéia de implantar-se a Universidade, nos decênios iniciais da República, pelo conhecido educador Isaías Alves (1888-1968). Abordando o assunto na década de vinte, escreveria: “Já é deveras um pouco tardio o movimento em prol da Universidade... Tivéssemos instituído as Universidades no começo do século e já teríamos passado o tempo de prova dos regulamentos e estaríamos com o serviço cultural iniciado. Foi mais um prejuízo que nos trouxe o positivismo ortodoxo pela voz de Miguel Lemos, que foi um dos espíritos dominadores do seu tempo em nosso país, pouco rico de pensadores e filósofos. Agora, emendando o erro, é urgente realizar essa reforma de extraordinárias conseqüências para a vida do país”.⁽³⁾

A acusação há de parecer bem fundada a quem consulte os documentos da discussão ocorrida no começo do século,⁽⁴⁾ desde que a oposição positivista acha-se presente em toda a linha. O deputado Gastão da Cunha (1863-1927) autor de um projeto criando a Universidade, apresentado ao Parlamento em 1903, tenta contorná-la desta forma: “Ora senhores, se bem entendi as causas da oposição do eminente filósofo (Comte), elas desaparecem em face das organizações universitárias modernas, que em nada mais podem lembrar aqueles institutos medievais, sem dúvida arcaicos e nocivos ao desenvolvimento intelectual de nossa época...”

Gastão da Cunha lembra ainda que Emile Littré (1801-1881), o famoso discípulo de Comte que recusou a religião da humanidade, reconhecera o equívoco positivista nos seguintes termos: “Com a supressão das Universidades queríamos abrir caminho ao ensino positivista. Laborávamos porém em engano, supondo estarmos na transição – divisória que julgávamos pouco espessa – para um futuro decisivo. Mas a divisória é muito menos tênue do que imaginávamos; e o desbastamento, que aliás nunca se pôde operar, teria sido muito mais danoso à instrução em geral, sem aproveitar em nada à doutrina que tínhamos em mente”.

A oposição positivista também foi atacada frontalmente, lembrando o deputado Satiro Dias que “o respeitável Sr. Teixeira Mendes ainda ontem capitulava a vacinação obrigatória de tão perversa quão irracional monstruosidade”. Devendo-se equiparar àquela tese a sua opinião de que a Universidade não passa de formidável e audacioso atentado às aspirações nacionais em matéria de ensino.

De todos os modos, respeitou-se a interdição positivista. Tanto mais que, objetivamente, ia ao encontro de uma de nossas mais velhas tradições.

b) A campanha da ABE nos anos vinte⁽⁵⁾

A Associação Brasileira de Educação (ABE) fundada em fins de 1924 e, ao longo do quinquênio subsequente, conseguiu mobilizar a opinião nacional em torno de temas educacionais, através de reuniões periódicas, no Rio e em outras capitais, e de congressos nacionais. Introduziu uma inovação em matéria de campanha, ao obter o apoio de grandes jornais para a realização de inquéritos entre intelectuais e educadores. Assim, após haver amadurecido na sua liderança a idéia de que deveria ser ultrapassada a interdição positivista,

⁽³⁾ *O problema universitário brasileiro*. Rio de Janeiro, A Encadernadora, 1929, p. 371.

⁽⁴⁾ *Documentos Parlamentares*. Instrução Pública. Vol. 6º, p. 63-157.

⁽⁵⁾ Caracterização circunstanciada deste movimento encontra-se em Antonio Paim – *A UDF e a idéia de Universidade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981.

quanto à criação da Universidade, a ABE promoveu amplo inquérito com o propósito de definir quais deveriam ser as suas características. As respostas às perguntas então formuladas, além de divulgadas pelos jornais, foram reunidas num volume de mais de 500 páginas (*O problema universitário brasileiro*. Inquérito promovido pela Seção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação), publicado em 1919.

A mudança operada na elite intelectual brasileira deve-se à consistência da argumentação desenvolvida em favor da Universidade, formulada por Amoroso Costa (1885-1928) e outros dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências, ocorrida em 1916. O positivismo de Comte louvava-se da suposição de que a ciência estava pronta e conclusa. Amoroso Costa iria indicar que a própria ciência fez pouco caso de tais prognósticos. Numa conferência pronunciada na Escola Politécnica em 1918, a propósito da obra e do magistério de Otto de Alencar (1874-1912), justamente a pessoa que iniciou a revisão do positivismo naquela Escola, depois de relacionar as múltiplas interdições comteanas, no âmbito da matemática, afirma: “Aliás a posteridade, de cujo juízo tanto fazia o filósofo, tem sido severa com a sua obra e indiferente aos seus conselhos, no domínio de que aqui tratamos. Assim, as funções elíticas, em vez de constituírem divagações efêmeras, deram origem à maravilhosa teoria geral das funções, base da matemática moderna, que hoje também se aventura pelo terreno também proibido da descontinuidade; o cálculo das probabilidades tem sido um meio fecundo de investigação justificado pelo desenvolvimento das ciências, que estudam os fenômenos estáticos; a teoria das séries é de importância primordial, bastando atentar ao papel que desempenha em análise moderna a fórmula tayloriana; e, finalmente, todos sabem que uma das grandes obras do século XIX em matemática foi a definitiva consolidação dos fundamentos da análise”.⁽⁶⁾

Assim, ao contrário do que supunha Comte, a ciência representava um corpo vivo em pleno desenvolvimento. Não havia nenhuma razão pela qual os brasileiros devessem auto-excluir-se desse processo. No debate acerca da Universidade patrocinado pela ABE, tornou-se claro que, para que se desse aquela participação, era necessário superar a visão utilitarista da ciência e atrair espíritos criativos, tarefa de que a nova instituição poderia desincumbir-se a contento. A resposta à pergunta “para que Universidade?” era pois a seguinte: *para fazer ciência*. A fim de que pudesse abrigar, além de professores, pesquisadores, a Universidade seria estruturada em torno do que então foi denominado de Faculdade de Ciências.

Respondendo ao inquérito antes mencionado, Amoroso Costa assinala que, entre nós, pouco se tem feito nesse sentido. Nas ciências naturais encontra número relativamente grande de pesquisadores. À medida, porém, que se consideram domínio menos concretos, a produção original escasseia rapidamente, pela ausência de ambiente propício a tais estudos. Lembra que espíritos de primeira ordem como Gomes de Souza e Otto de Alencar quase nada produziram que se tenha incorporado à ciência, em vista de seu isolamento e autodidatismo.

A fim de superar semelhante lacuna, apresenta o seguinte programa de atuação para as Faculdades de Ciências:

I – As Faculdades de Ciências das Universidades devem ter como finalidade, além do ensino de ciência feita, a de formar pesquisadores, em todos os ramos dos conhecimentos humanos.

⁽⁶⁾ *Revista Didática da Escola Politécnica* n. 13 (julho, 1918), reproduzido in *As idéias fundamentais da matemática e outros ensaios* (São Paulo, diversas edições).

II – Esses pesquisadores devem pertencer aos respectivos corpos docentes, mas com obrigações didáticas reduzidas, de modo a que estas não perturbem os seus trabalhos originais.

III – Devem ser-lhes assegurados recursos materiais os mais amplos: laboratórios para pesquisa biológica e físico-químicas; observatórios astronômicos; bibliotecas especializadas; facilidades bibliográficas; publicações periódicas para divulgação dos seus trabalhos; aparelhamento para explorações geográficas, geológicas e mineralógicas, biológicas e etnográficas.

IV – Deve ser-lhes assegurada uma remuneração suficiente para que eles dediquem todo o seu tempo a esses trabalhos.⁽⁷⁾

Temos assim que emerge a idéia de que a criação da Universidade no Brasil prende-se ao desenvolvimento da ciência pura porquanto o ensino profissional acha-se instituído. Idêntica atenção deveria ser dedicada à cultura geral, reintroduzindo-se as humanidades no ensino superior, que em seguida às reformas pombalinas passaram a circunscrever-se, na cultura luso-brasileira, aos cursos secundários.

c) A UDF e os primórdios da USP

Conforme teremos oportunidade de referir logo adiante, a nova liderança que emergiu com a Revolução de 30 tratou de amesquinhar a proposta antes caracterizada, considerando-a “decoreação pretensiosa em casa de pobre”. Ainda assim, o movimento da ABE produziu frutos na Universidade do Distrito Federal (UDF) e na fase inicial da Universidade de São Paulo (USP).

A Universidade do Distrito Federal foi criada através do decreto municipal 5.513, de 4 de abril de 1935. Compunha-se de cinco escolas, a saber: Ciências, Educação, Economia e Direito; Filosofia e Instituto de Artes.

A nova instituição propunha-se alcançar estes objetivos:

- a) promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira;
- b) encorajar a pesquisa científica, literária e artística;
- c) propagar aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;
- d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem;
- e) e prover à formação do magistério em todos os seus graus.

Seu idealizador e fundador, Anísio Teixeira (1900-1971) enfatizaria que a diretriz essencial do novo instituto consistia em promover a cultura desinteressada e assegurar a preparação para a carreira intelectual. Na aula inaugural de seus cursos, assim definiria os

⁽⁷⁾ *O problema universitário brasileiro*. Rio de Janeiro, A Encadernadora, 1929, p. 437-438.

encargos da Universidade:

“A função da Universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata somente de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata somente de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou de artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso escolas muito mais singelas do que universidades.

Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas.

Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva.

Trata-se de difundir a cultura humana, mas de fazê-lo com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente.

O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, para a nossa geração; o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem”.⁽⁸⁾

No Brasil, parece-lhe, predominou em matéria de cultura o mais espantoso *praticismo*. Clama-se por uma formação utilitarista, no sentido estrito e limitado da palavra. Ao que acrescenta: “Esse país é o país dos diplomas universitários honoríficos, é um país que deu às suas escolas uma organização tão fechada e tão limitada que substituiu a cultura por duas ou três profissões práticas, é o país em que a educação, por isso mesmo, se transformou em título para ganhar um emprego. Haverá, por acaso, demasiado ensino superior no Brasil? Não. O que há são demasiadas escolas de certo tipo profissional, distribuindo anualmente diplomas em número maior que o necessário e o possível, no momento, de se consumir.

Entre essas escolas e as escolas de que precisa o país para formar o seu quadro de intelectuais, de servidores da inteligência e da cultura, de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos, há todo um mundo a transpor.

E qual a Universidade que abre, hoje, aqui as suas portas? É, por acaso, mais uma universidade para o preparo e simples de profissionais, de médicos, de bacharéis, de dentistas e engenheiros civis? Não. É uma Universidade cujas escolas visam o preparo do quadro intelectual do país, que até hoje se tem formado ao sabor do mais abandonado e do mais precário autodidatismo”.

Em seu primeiro ano letivo (1935), a UDF passou por verdadeira prova de fogo. Além da novidade dos cursos e do imperativo de recorrer aos laboratórios de outras instituições, viu-se frontalmente atingida pela situação política do país. Em novembro os comunistas ensaiam um golpe de Estado e o governo marcha para o endurecimento. É decretada intervenção no Distrito Federal, sendo Anísio Teixeira, idealizador e animador da Universidade, afastado da Secretaria de Educação. Decrentes das possibilidades do projeto, diversos professores abandonam a UDF.

⁽⁸⁾ *Boletim da Universidade do Distrito Federal* 1 (1-2), julho-dezembro, 1935, p. 15.

A Universidade do Distrito Federal sobreviveria a essa refrega graças à ascensão à Reitoria de Afonso Penna Junior (1879-1968), intelectual de renome que soube assumir-lhe o espírito e reunir em seu derredor o que havia de mais expressivo da intelectualidade brasileira.

Desde a fundação, as Escolas haviam sido entregues a personalidades de reconhecido valor. O novo reitor consegue recompor a situação, mantendo diretores ou conseguindo a colaboração de novos valores. Em 1936 achavam-se a cargo de Roberto Marinho de Azevedo (Ciências); Lourenço Filho (Educação); Edmundo da Luz Pinto (Economia e Direito); Prudente de Moraes Neto (Filosofia e Letras) e Cornélio de Oliveira Penna (Artes). Nas humanidades, como nas artes, foram convocados conhecidos intelectuais e artistas. Nessa área a Universidade contou igualmente com o concurso de professores franceses.

O ano letivo de 1936 é aberto com as conferências da Missão Universitária Francesa,⁽⁹⁾ contratada no ano anterior por Afrânio Peixoto, enviado a Paris para desincumbir-se dessa tarefa. Integram-na estes professores, todos renomados: Émile Brehier (Filosofia); Eugène Albertini, Henri Hauser e Henri Tronchon (História); Gaston Leduc (Linguística); Pierre Deffontaines (Geografia) e Robert Garric (Literatura). Esse grupo permaneceria na UDF todo esse ano letivo, inaugurando uma praxe que, mais tarde, iria repetir-se na Faculdade Nacional de Filosofia. Na oportunidade da publicação das aulas inaugurais desses professores, Afonso Penna Junior assinalaria: “Em cursos como os nossos, destinados à formação de professores as missões universitárias estrangeiras, selecionadas em vários centros de cultura têm, sobretudo, a vantagem de oferecerem ao exame e escolha dos futuros professores uma brilhante variedade de tipos de tendências de ensino, verdadeiros modelos para a formação profissional dos estudantes, segundo o temperamento e a vocação de cada um.

Essa atuação de bom fermento, esse influxo vocacional dos mestres insignes deixa, por vezes, traços indelévels através de várias gerações.

O caso de Gorceix na Escola de Minas, de Ouro Preto, demonstrou cabalmente a magia poderosa de uma sedução de mestre”.⁽¹⁰⁾

Tendo sido entregue a direção da Escola de Ciências a Roberto Marinho de Azevedo, participante ativo do movimento que deslocou o positivismo da Escola Politécnica, fundador e diretor da Academia de Ciências, pôde atrair um grupo de professores plenamente identificados com a idéia de promover o estudo desinteressado das ciências, na esperança de formar pesquisadores e também bons professores para essas disciplinas.

Assim mobilizou Lelio Gama, da Escola Politécnica e do Observatório Nacional para dirigir os cursos de Matemática; Lauro Travassos, do Instituto Oswaldo Cruz, para o curso de Zoologia; Alberto José Sampaio, do Museu Nacional, para o curso de Botânica; e Djalma Guimarães, do Serviço Geológico e Mineralógico, para o curso de Mineralogia, todos os membros da Academia de Ciências. Além destes, contou a Escola com os seguintes professores estrangeiros: Bernard Gross, diplomado em Física pela Universidade de Stutgart e técnico do Instituto Nacional de Tecnologia; Alfred Schaeffer, diplomado em Química pela Universidade de Munich, professor da Escola Técnica do Exército; Viktor Leinz, doutor em

⁽⁹⁾ Reunidas no livro *Lições inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936*, Rio de Janeiro, UDF, 1937, 191 p.

⁽¹⁰⁾ Obra cit., p. I-II.

Ciências pela Universidade de Heidelberg, e Otto Rothe, doutor em química, ambos trabalhando no Instituto Nacional de Tecnologia.

Além dos professores que já então haviam adquirido notoriedade, a direção da Escola de Ciências atrairia ao seu magistério alguns jovens recém formados e que a posteridade iria revelar como autênticas vocações científicas, tendo complementado a sua formação na UDF, como Plínio Sussekind (Física), Francisco Mendes de Oliveira Castro (Matemática), Hugo Souza Lopes, Herman Lent e Gustavo de Oliveira Castro, mais tarde conhecidos entomologistas, todos professores de escolas técnicas secundárias do Distrito Federal e Joaquim Costa Ribeiro que, logo ao concluir o curso de engenharia fora contratado como Assistente pela Escola Politécnica.

A UDF tinha, em 1936, cerca de 400 alunos matriculados nas diversas Escolas: Ciências, 109; Educação, 149; Economia e direito, 58; Filosofia e Letras, 38 e Instituto de Artes, 67. Nesse ano, seus cursos livres seriam freqüentados por mais de 700 pessoas.

Em 1937 a UDF forma a sua primeira turma e o reitor Afonso Penna Junior considera-a empreendimento plenamente vitorioso. Pelo menos no que respeita à formação de professores de ciência, de nível superior, bem como de pesquisadores, essa conclusão parece plenamente justificada.

Em 1939, a UDF foi transformada em Faculdade Nacional de Filosofia e absorvida pela Universidade do Rio de Janeiro (mais tarde Universidade do Brasil e atual UFRJ). Na nova circunstância, o espírito da instituição teria que desaparecer progressivamente. Cabe-lhe agora a tarefa limitada de formar professores para o ensino secundário, marcos em que dificilmente cabia a ambição de participar no processo universal de criação científica.

A criação da USP obedeceu aos mesmos parâmetros estabelecidos no curso da campanha da ABE, antes caracterizada. Expressa-o, claramente, Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), seu principal inspirador, no texto a seguir: “... criaríamos, como elemento fundamental da Universidade, um instituto onde ... as verdadeiras vocações encontrassem campo ilimitado para desenvolver as suas tendências inatas. Onde a ciência pela ciência fosse a regra, e o espírito de pesquisa dominasse todas as consciências. Em uma palavra: preencheríamos o vácuo imenso em que se debatia a cultura nacional, dando aos estudos desinteressados o lugar que de direito lhes compete na hierarquia intelectual e a preeminência no organismo universitário. E isto através de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em cujo currículo se inscrevessem todas as disciplinas em que se subdivide o saber humano. Até ali, a cultura do país se havia limitado às disciplinas constantes de três cursos profissionais: direito, medicina e engenharia. A nova faculdade passaria a integrar a totalidade dos conhecimentos humanos, sem os quais uma comunidade jamais logrará a sua plena maturidade intelectual. (...) Caber-lhe-ia, acima de tudo, e pela primeira vez na história da nacionalidade, dar às ciências o papel que de fato lhes compete na civilização moderna e, às inteligências, o campo de expansão que lhes não ofereciam os três minguados cursos profissionais a que se restringia a nossa organização de ensino superior”.⁽¹¹⁾

No livro *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, Simon Schwartzman refere a questão que logo surgiu quanto ao conflito com as escolas tradicionais. Escreve nesse

⁽¹¹⁾ *Política e cultura*. São Paulo, Martins Ed., 1969, p. 189-190.

livro:⁽¹²⁾ “Formar-se-iam assim dois níveis de atividades acadêmicas: um, destinado à aplicação da ciência e à formação profissional; o outro, superposto a este, cobrindo o conjunto das especializações científicas necessárias ao primeiro, mais uma série de ramos científicos considerados essenciais para o “saber humano”. O primeiro se nutria do segundo, devendo levar, a longo prazo, à elevação do nível acadêmico das escolas profissionais. Mas sobre isto não se tinha certeza. Alguns membros da comissão de fundadores tinham sérias dúvidas quanto à conveniência de incluir as escolas tradicionais na nova universidade. Grande importância foi dada à estruturação da Faculdade de Filosofia que seria cabeça da Universidade. (...)”. Discutiu-se muito sobre se se admitiriam na Universidade a Escola Politécnica, a Faculdade de Direito, as escolas de Farmácia, Odontologia, de Veterinária, e a Luiz de Queiroz de Piracicaba. Recorrendo a depoimento de destacado participante do processo, Schwartzman transcreve o seguinte depoimento: “Estabelecimentos desatualizados, carregados de complexos de superioridade ou de inferioridade, no fundo, principalmente as últimas, destituídas de qualquer compreensão universitária. Só uma escapava, a Faculdade de Medicina. Arnaldo Vieira de Carvalho tinha de uma escola superior a mesma opinião que nós; a pesquisa era indispensável. (...) Teodoro Ramos convenceu todos a favor da Escola Politécnica. Fonseca Teles, que pensava como eu e Dreyfus, não emitiu opinião por considerar-se suspeito. Para Teodoro Ramos, era só impor alguns professores estrangeiros à Escola Politécnica para reerguer-lhe o ânimo. O mesmo poderia se fazer com a Faculdade de Direito. Seria melhor incorporar também as outras escolas, que não passavam de arremedos de estabelecimento de ensino superior. Aqui era preciso maior número de professores estrangeiros, pois seus atuais corpos docentes eram muito inferiores aos das Faculdades de Direito e Engenharia. (...) Mas havia um grande perigo, foi Julinho quem lembrou: o de velhas faculdades contagiarem as novas com os seus vícios incuráveis. Eram todas refratárias ou até, alérgicas à pesquisa, a sua pedagogia obsoleta e a vaidade primária, autodidata, dos velhos professores resistiria à tentativa de remodelá-las. Entretanto, outros elementos, principalmente Rocha Lima e Dreyfus, lembraram que a recíproca poderia ser verdadeira e sê-lo-ia certamente se houvesse uma vigilância rígida durante os seus primeiros dez anos de vida”. (Duarte, Paulo. *Memórias*. São Paulo, Hucitec, 1976, vol. III, p. 70).

A contratação de professores estrangeiros para estas escolas, no entanto, não aconteceu, e elas pouco se modificaram no decorrer do tempo. Por outro lado, a influência benéfica que irradiaria da nova Faculdade para elas, na intenção de lhes modificar o espírito tradicional e bacharelesco, transformou-se rapidamente em fonte de conflito e de resistência à mudança, criando antes de mais nada dificuldades para a própria sobrevivência até física da nova instituição”.

Schwartzman assinala ter se verificado, nessa fase inicial da USP um grande desenvolvimento da pesquisa química, genética e física, nos dois últimos casos com o concurso de instituições do Rio de Janeiro. Afirma em conclusão: “O exame da implantação destas três áreas da pesquisa científica no país evidencia alguns pontos de contato entre elas que permitem alguma generalização. Em primeiro lugar, fica clara a importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que, como ambiente acadêmico, é capaz de criar uma ciência de nível alto e com potencialidades de aplicação – no esforço de guerra, na formação de químicos industriais, na pesquisa genética relevante para a agricultura, etc. segundo, as três experiências têm em comum a presença de um grupo de pesquisadores seniores, de formação estrangeira e nome firmado quando do início de seus trabalhos no Brasil – Wataghin, Rheinboldt, Dobzhansky – que foram capazes de criar uma escola. Em

⁽¹²⁾ São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979, p. 206-207.

terceiro lugar, em todos os casos, jovens pesquisadores foram rapidamente colocados em contato com centros de pesquisa internacionais, principalmente dos Estados Unidos”.

Para aquilatar do acerto do entendimento de Amoroso Costa de que o Brasil poderia perfeitamente participar do processo de desenvolvimento da ciência, criando instituições e clima favorável à pesquisa derrotando o entendimento de que a ciência se esgota na aplicação (e porque não mencionar também ao complexo de inferioridade), basta referir que, no famoso *Dicionário de Física*, de Isaac Asimov (1920-1992), aparecido no início do pós-guerra e sucessivamente reeditado, o Brasil é citado três vezes, eventos todos vinculados ao movimento antes descrito. O primeiro deles resulta da ligação de pesquisadores da UDF e da USP aos estudos da radiação cósmica, que na época acabaria sendo o elemento de transição para a física nuclear. Tais estudos estavam articulados a nível internacional, através de Arthur Compton (1892-1962), da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, Prêmio Nobel de Física de 1927, que, mais tarde, teria o seu nome associado à criação da bomba atômica, pela participação no chamado *Manhattan Project*. O próprio Compton chefiaria a missão norte-americana que participou no Seminário de Radiação Cósmica, patrocinado pela Academia Brasileira de Ciências, realizado no Rio de Janeiro de 4 a 8 de agosto de 1941, cuja importância é destacada por Asimov.

A segunda citação é a descoberta, devida a Joaquim Costa Ribeiro, do denominado “efeito termo-dielétrico”, novo fenômeno físico, de caráter muito geral, consistindo na produção de cargas elétricas associadas a mudanças de estado físico de dielétricos, em que uma das fases é sólida. E, finalmente, a contribuição de Cesar Lattes ao melhor conhecimento do núcleo atômico, com a descoberta do elemento denominado de “Méson Pi”. Por esse caminho, se não viesse a interromper-se, como viria a ocorrer, o Brasil poderia, perfeitamente, encontrar-se na rota que leva ao Prêmio Nobel.

2. Como se configura a vitória do cientificismo

O *cientificismo* é um tipo de discurso que se estruturou, paralelamente ao processo de constituição da ciência moderna, mas que na verdade pouco tem a ver com esse processo, embora tenha sido decisivo no tocante à sua institucionalização, como indicaremos logo a seguir. Vale-se, por certo, de uma evidência inquestionável: o aparecimento da ciência moderna vem determinando grandes transformações na vida daquelas sociedades que empreenderam o caminho da revolução Industrial. Contudo, essa transformação ocorre, na verdade, de forma indireta. Não se trata de que as relações entre as pessoas tenham sido (ou possam ser) colocadas em “bases científicas”. Nem tampouco que se tenha constituído uma ciência capaz de dirigir o curso das sociedades humanas. Basta um exemplo para comprová-lo: não há nada de mais importante, no mundo de hoje, que o desenvolvimento econômico. Contudo, as formas de alcançá-lo e mantê-lo continuam fora de nossa compreensão.

Assistimos, no início do pós-guerra, à difusão da crença de que o desenvolvimento poderia universalizar-se. Alcançou grande popularidade a teoria do “*take off*”, devida a Rostow (*The Stages of Economic Growth*, Cambridge, 1960), segundo a qual o desenvolvimento econômico resultaria da passagem da sociedade tradicional à transnacional – quando a economia é acoplada aos pólos dinâmicos – graças ao impulso inicial (*take-off*) que leva à maturidade. O Banco Mundial destinou recursos vultosos a tal objetivo, durante os quarenta anos iniciais do pós-guerra, sem resultados visíveis. Salvo promover o enriquecimento de alguns sobas africanos e elevar o nível de violência entre sociedades

tribais, tornando-lhes acessíveis armamentos modernos. Em contrapartida, surgiram os *Tigres Asiáticos* (Taiwan, Singapura, Hongkong e Coréia do Sul). Entre 1980 e 1983, a Coréia registrou crescimento do PIB em média de 9,1% ao ano, alcançando renda per capita de US\$ 10 mil e razoável distribuição de renda. Na crise recente aquele país teria oportunidade de demonstrar a sua pujança econômica recuperando-se com relativa rapidez. Fenômeno idêntico ocorreu nos demais.

As razões do contraste entre, de um lado, a maioria dos países asiáticos e a totalidade dos africanos, e, de outro, os Tigres Asiáticos, continuam objeto de disputa.

No que respeita aos Estados Unidos, o conhecido pensador liberal Irving Kristol, que na juventude vivenciou os efeitos destruidores da crise de 29, destaca que nos últimos cinqüenta anos tivemos turbulências menos devastadoras. Mas acrescenta: “Parece que estamos fazendo algo de correto – mas seria excelente saber precisamente o que. A triste verdade é que não existe teoria para o que se denomina de ciclo econômico. Sentir-me-ei sempre atormentado pela incerteza quanto ao futuro de nossa economia de mercado, enquanto nossos economistas não me tranqüilizem graças ao fato de que, finalmente, estão de posse de uma teoria correta. Então se a política e os políticos impedem a sua aplicação, saberemos a quem responsabilizar”.⁽¹³⁾

Quanto ao processo de surgimento do cientificismo, vamos nos valer da caracterização clássica devida a Joseph Ben-David (1920-1986), no livro *The Scientists's Role in Society: A Comparative Study* (1971).⁽¹⁴⁾

Ben-David considera que o declínio científico da Itália não se deveu à oposição da Igreja. A seu ver, quando se deu a condenação de Galileu, o movimento já se encontrava em franca decadência.

A condenação de Galileu deu, entretanto, pretexto a grande movimentação na Europa, por razões sobretudo políticas. Eruditos protestantes em Paris, Estrasburgo, Heidelberg e Tubing decidiram traduzir sua obra para o latim. Ben-David observa que na Universidade de Tubing, pouco tempo antes, fora recusado a Kepler um diploma teológico em decorrência de suas convicções copernicianas. O governo holandês fez de Galileu seu conselheiro e cumulou-o de honrarias. Estavam lançadas as bases de um movimento de cunho social que muito contribuiu para a institucionalização da ciência, na segunda metade do século XVII. Esse movimento floresceu, contudo, na base da suposição de que a ciência tinha amplas conseqüências sociais e tecnológicas. Entretanto, na medida em que a ciência se institucionaliza, os próprios cientistas iriam recusar essa dilatação de objetivos. Tornam-se autônomos e dissociam-se os dois momentos: a propaganda da ciência e a prática científica.

A esse propósito escreve Ben-David: “... um dos aspectos mais importantes da ciência experimental era sua precisão e sua especificidade. Toda variável precisava ser medida, pois algumas diferenças tão pequenas, que não podem ser apreendidas sequer pela imaginação, podem decidir se uma teoria é certa ou errada. Além disso, as pesquisas não são orientadas por critérios de importância geral – tal como esta é pensada pelos filósofos – mas rigorosamente por aquilo que é importante e pode ser resolvido pelos métodos e pelas teorias existentes. No século XVII, a grande luta pela dignidade da ciência natural moderna foi, em

⁽¹³⁾ *Neo-Conservatism*. The autobiography of na idea. Selects Essays 1949-1995. New York, The Free Press, 1995, p. 126.

⁽¹⁴⁾ Tradução brasileira: *O papel do cientista na sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1974.

parte, uma luta pela dignidade do método exato, paulatino e operacional do cientista. Este método era programaticamente acentuado pela Royal Society em seus estágios iniciais e foi rigorosamente adotado pela Académie des Sciences. Deste ponto de vista, os amplos objetivos intelectuais do movimento cientificista eram incompatíveis com a especificidade da pesquisa científica e constituíam uma ameaça à sua integridade e especificidade”.⁽¹⁵⁾

No Brasil, o cientificismo tornou-se uma das tradições mais arraigadas. Introduzido na cultura portuguesa sob Pombal, tendo presidido à reforma da Universidade, caracteriza-se pela suposição de que a ciência natural está pronta e conclusa, cumprindo aplicá-la, de que poderia resultar a reconquista da grandeza para Portugal. Além disto, o próprio Pombal insinuaria a possibilidade de uma ciência do Governo, a que denomina de “economia do Estado e aritmética política”, tendo deixado indicações precisas quanto àqueles que seriam os seus princípios.⁽¹⁶⁾ O corpo doutrinário dessa espécie de cientificismo foi transferido ao Brasil, em sua inteireza, por d. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), então na chefia do governo de d. João VI, que para isto chegou a constituir uma instituição específica, a Real Academia Militar, no Rio de Janeiro, criada por Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, tendo começado a funcionar a 23 de abril de 1811. Seria justamente na Real Academia Militar, transformada em Escola Politécnica em 1874, onde tem lugar a introdução do positivismo de Comte, circunscrita inicialmente à matemática mas, desde a década de setenta, como sociologia. Comte explicita o que Pombal apenas insinuara: graças à doutrina positivista, agora é possível formular tanto política científica como até mesmo moral científica.

Hoje já existe reconhecimento unânime da ascensão do positivismo na República, embora não se possa dizer que se tenha presente as suas reais conseqüências no plano político social.

O positivismo de Comte marcou todos os segmentos da cultura brasileira, em especial durante a República Velha. Só começou de fato a ser enfrentado – e ainda assim quase exclusivamente como filosofia da ciência – no movimento iniciado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, por Otto de Alencar e Amoroso Costa, cujo desdobramento no tocante à organização da Universidade teve oportunidade de caracterizar.

Dessa influência no plano de que ora nos ocupamos – a pesquisa científica – transcrevo a avaliação de Fernando de Azevedo (1894-1974): “A não ser no domínio das matemáticas, em que influíra a filosofia positivista, concorrendo para o desenvolvimento desses estudos, não trouxe o positivismo ao Brasil qualquer contribuição ponderável ao progresso das ciências”. A seu ver o fato explicar-se-ia pelo tipo de penetração do positivismo no país, que se fizera não como um método de investigação, “mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar científica ou mesmo empírica. Como uma filosofia social, política e religiosa, que teve e ainda tem os seus adeptos”.⁽¹⁷⁾

Cumprir levar em conta que, na década de trinta deste século, ocorrem dois fenômenos paralelos e que acabaram confluindo para a permanência da tradição cientificista. O primeiro deles corresponde à chegada ao poder, com Getúlio Vargas, do grupo castilhistas

⁽¹⁵⁾ Trad. Bras., ed. Cit., p. 123-124.

⁽¹⁶⁾ *Cartas e outras obras selectas do Marquês de Pombal*, 5ª edição, Lisboa, 1896, vol. I, p. 12-23 (texto que elaborou na oportunidade da inauguração da estátua equestre de d. José I, a que deu o curioso título de *Observações secretíssimas*).

⁽¹⁷⁾ *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro, IBGE, 1943, p. 370.

do Rio Grande do Sul, que conseguiu transformar a pregação comteana numa doutrina política experimentada ao longo de quatro décadas, com o que a prática autoritária da República passa a contar com uma versão teórica considerada consistente.

O segundo refere-se à simbiose que começa a ser feita entre marxismo e positivismo, constituindo o que denomino de versão positivista do marxismo.⁽¹⁸⁾

A Revolução de 30 aceitou a idéia de organizar-se a Universidade mas a distorceu inteiramente. Francisco Campos (1891-1968) é nomeado titular do recém criado Ministério da Educação. Justificando a reforma que promoveu, logo no início do governo, reconhece que o novo instituto – a Faculdade de Educação, Ciências e Letras – ao permitir que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, confere à Universidade o seu caráter próprio. “Cumpra porém – assim prossegue – não esquecer, na primeira tentativa que se faz de instalar no Brasil um instituto de Alta Costura, que nos povos em formação como o nosso, a cultura não pode ser organizada de uma vez, integralmente e de maneira exclusiva. Para que Instituto dessa ordem vingue entre nós, torna-se indispensável resultem da sua instituição benefícios imediatos, devendo a sua inserção no meio nacional fazer-se exatamente nos pontos fracos ou nas lacunas de nossa cultura, de maneira que o seu crescimento seja progressivo e em continuidade com as nossas exigências mais próximas e mais imperativas. Essas considerações determinaram o caráter especial e misto da nossa Faculdade de Educação, Ciências e Letras, dando-lhe ao mesmo tempo funções de cultura e papel eminentemente utilitário e prático”.

Francisco Campos preocupa-se com a possibilidade de que as Faculdades de Ciências se tornassem “adorno ou decoração pretensiosa em casa pobre”. Em vista “das imperiosas necessidades de presente” é-lhes atribuída função de caráter pragmático e de ação imediata sobre nosso estado de cultura. Essa função apresenta nestes termos: “Ao lado de órgão de alta cultura ou de ciência pura e desinteressada, ela deverá ser, antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação, em cujas divisões encontrem todos os elementos próprios e indispensáveis a formar o nosso corpo de professores, particularmente os do ensino normal e secundário, porque deles, de modo próximo e imediato, depende a possibilidade de se desenvolver, em extensão e profundidade, o organismo, ainda rudimentar, de nossa cultura”.⁽¹⁹⁾

O ensino secundário, a seu ver, será ainda por muitos anos pobre, insuficiente e às vezes nulo. Falta-lhe sobretudo corpo docente de orientação didática segura, particularmente no que se refere às ciências básicas e fundamentais. Em nome dessa preocupação é que precisamente o órgão definidor da Universidade deve ser, como disse, *antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação*.

Deste modo, a Universidade seria estruturada como uma federação de escolas isoladas, voltadas para a formação profissional. O projeto da ABE é inteiramente abandonado e as Faculdades de Filosofia, desmembradas após 64, também são enquadradas na consecução de tais objetivos limitados. Há mesmo casos extremos, como os cursos de filosofia, formalmente destinados a diplomar professores para o ensino secundário, disciplina que deixou de existir naquele nível de ensino. Assim, a atividade está voltada para si mesma, inclusive no que toca à pós-graduação, transformada em simples exigência para as promoções

⁽¹⁸⁾ Estudo esta vertente na *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, 5ª edição, Londrina, Editora UEL, 1997.

⁽¹⁹⁾ *Educação e cultura*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1940, p. 67.

estatutárias.

O marxismo positivista, por sua vez, não tem interesse no desenvolvimento de qualquer espécie de pesquisa, porquanto se trata apenas de enquadrar a realidade em determinados esquemas, não obstante a circunstância de que sua obsolescência haja transitado em julgado.

Naturalmente o espírito introduzido no país pelo grupo da Politécnica do Rio, nas décadas de vinte e trinta, não desapareceu de todo, mormente em face dos resultados que chegaram a ser alcançados pela UDF e pela USP em seus primórdios, na década de quarenta e no início do pós-guerra. Aquele espírito é preservado por algumas instituições, como a Academia de Ciências e o IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), e alguns institutos isolados de pesquisa. Mas a Universidade não cogitou, nem cogita, das normas enumeradas por Amoroso Costa, antes transcritas, notadamente a institucionalização da figura do pesquisador. E, em geral, o clima não é favorável, nos meios acadêmicos, a qualquer atividade que não esteja ao serviço do projeto político da minoria que domina o setor.

E, assim, consagrou-se a vitória do cientificismo, derrotando o projeto de estruturar no país pesquisa científica digna do nome, reconhecida internacionalmente, inclusive através da obtenção de Prêmios Nobel.

III. PERSISTÊNCIA DA MORAL CONTRAREFORMISTA

1. Enunciados básicos da moral contrareformista

A Contra Reforma em Portugal voltou-se contra os judeus e, em geral, contra todo empenho de promover a riqueza. Atuou basicamente através da Inquisição e prolongou-se ao longo dos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII. Deve ser-lhe atribuída diretamente a desorganização da produção açucareira, naquela última centúria.⁽¹⁾ Ao mesmo tempo, promovia-se intensa difusão de algumas idéias que acabariam por transformar-se no núcleo principal de nossa moralidade social.

Valendo-nos dos textos mais expressivos da época, reeditados na antologia *Moralistas do século XVIII* (Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1979), seus enunciados básicos poderiam ser resumidos como segue:

1. O homem está na terra por simples castigo, sendo uma verdadeira dádiva superar o mais rapidamente possível essa situação transitória. Nuno Marques Pereira escreve: “*Sabei que é este mundo estrada de peregrinos e não lugar nem habitação de moradores porque a verdadeira pátria é o Céu, como assim adverte São Gregório... E quem assim conhecer sua Pátria, com razão poderia dizer com David: ‘Ai de mim porque é prolongada a minha peregrinação’*”.

2. A condição de peregrino destina-se a fixar o lugar na vida eterna. Ainda o mesmo autor: “*E assim permitiu Deus que a vida fosse breve, para que ele nem com as propriedades se enobrecesse, vendo o pouco tempo que as havia de gozar, nem com os adversários perdesse o ânimo, vendo que em breve haviam de acabar. ... tendo por grande ventura o comprar, com trabalhos de uma breve estada na terra, os gostos eternos na Glória, onde deve sempre ter o seu pensamento*”.

3. “O homem é um vil bicho da terra e um pouco de lodo”. (Nuno Marques Pereira). Trata-se de uma linhagem católica cuja expressão acabada parece encontrar-se em Lotário de Segni, elevado ao trono papal (1198-1216) com o nome de Inocêncio III, cujo *De contemptu mundi* (O desprezo do mundo) é revelador do mais solene desprezo não tanto pelo próprio mundo mas pela condição humana, colocada mesmo abaixo dos vegetais. Assim, escreve: “*Anda pesquisando ervas e árvores; estas porém produzem flores, folhas e frutos e tu produzes de ti lêndeadas, piolhos e vermes; elas lançam do seu interior azeite, vinho e bálsamo e tu, do teu corpo, saliva, urina, excrementos*”. Comentando esse texto, pareceu a Rodolfo Mondolfo (1877-1976) que, não obstante o humanismo franciscano, teria predominado no pensamento medieval “*a exigência geral de humildade de parte do homem, afirmando a dependência da revelação e da autoridade*”, o que explicaria a reação do Renascimento (*Figuras e idéias de la filosofía del Renacimiento*, B. Aires, Ed. Losada, 1954; tradução brasileira, Mestre Jou, 1967).

4. Condenação da riqueza. É conhecido o refrão segundo o qual seria mais fácil a passagem de um calibre (cabo de certa espessura usado em embarcações) pelo fundo de uma agulha do que se dar a entrada do rico nos reinos do céu. Essa passagem bíblica seria glosada

⁽¹⁾ Examinamos essa questão no livro *Momentos decisivos da história do Brasil*, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ao paroxismo pela Contra Reforma Portuguesa. Feliciano de Souza Nunes, nos seus *Discursos Políticos-Morais* (1758) escreve o seguinte: “As maiores riquezas que pode lograr o homem é a salvação, a liberdade e a vida. E se com a riqueza excessiva a salvação se arrisca, a liberdade se perde e a vida se estraga, como não virá o homem a ser tanto mais necessitado quanto for mais rico? Como não será a sua riqueza excessiva o mais certo prognóstico da sua maior necessidade e miséria?”

Que se estrague a vida com os excessos da riqueza, não é necessário que o discurso o mostre, basta que a experiência o veja. São tantos os exemplos que esta a cada passo nos oferece que parece escusado nos diga Plínio, que penetrando os ricos no centro da terra vão buscar as suas riquezas à mesma região dos mortos: e mais desnecessário lembrar que Saul por querer um reino perdeu a vida; que Adão, por comer superfluamente um pomo, ficou a tantas misérias sujeito; e que Baltazar pelas suas demasias se viu em uma noite condenado à morte; e nem de outros muitos que acompanhando aquele rico miserável do Evangelho ainda nesta vida chegaram a não ter uma gota d’água, pelos excessos das suas riquezas.

... porque ainda que ignorássemos o que a respeito nos dizem São Mateus, São Marcos, Santo Agostinho e outros muitos Santos e Doutores da Igreja de Deus, ... deles, como réprobos, também se lastima Cristo ... e por isso diz São Jerônimo que todas as grandes riquezas são filhas ou netas da iniquidade ou injustiça, porque um não pode achar o que o outro não tem perdido; concluindo com aquela sentença de Aristóteles, que o rico ou é injusto ou do injusto é herdeiro”.

5. Nuno Marques Pereira fala da “santa virtude da pobreza” e esclarece: “a pobreza é um hábito da vontade humana alumada do entendimento e se contenta um homem com só aquilo que lhe é necessário e lhe basta, desprezando o supérfluo e o desnecessário. ... Esta mesma professam todos os estados de pessoas que fazem particular voto dela, como virtude que abre o caminho para a entrada do repouso eterno. E desta participam também todos os ricos que repartem com Deus e com seus pobres o que lhe sobra de sustento necessário de seus estados e dignidades”.

No caso do Brasil, pode-se inquestionavelmente tomar os textos de Nuno Marques Pereira (e de Feliciano de Souza Nunes) como expressivos do estado de espírito da elite dirigente até mais ou menos os meados do século XVIII, quando Pombal se dispõe a combatê-lo. *O Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, é apontado como o único livro que mereceu cinco edições sucessivas entre 1728 e 1765, em meio a atividade editorial deveras escassa. Feliciano Souza Mendes era alto funcionário da administração do Rio de Janeiro, sendo além disto o fundador da *Academia dos Seletos*, que reunia a intelectualidade local.

2. Avaliação crítica

Como examinarei mais detidamente no capítulo final, no interior da cultura persistem muitas interrogações: como se consolidam as tradições culturais, ou melhor, como se dá que determinadas opções tornam-se impregnantes e permanecem no tempo? Tanto a sua duração como o próprio começo constituem grandes mistérios. No caso de que se trata, para o historiador das idéias resta ainda uma questão intrigante: será que a longa sobrevivência da moral contrareformista não reside na circunstância de que jamais haja sido criticada? O fato,

igualmente curioso, é que esse ideário moral atravessou sem percalços as centúrias subseqüentes, desde a segunda metade do século XVIII. Pombal poderia ter-lhe desfechado um golpe de morte mas preferiu concentrar-se nas conseqüências mais visíveis, isto é, a perda do bonde da história ao voltar as costas à Época Moderna, buscando de alguma forma recuperar o tempo perdido. Quando se deu início à organização do sistema representativo, no Segundo Reinado, desperdiçou-se outra oportunidade ao manter-se religião oficial e, portanto, na prática, perpetuar a subordinação da moral à religião. A República, por seu turno iria inaugurar todo um século de cientificismo moral, com o agravante de que, pelo menos em duas circunstâncias concretas, contribui para o fortalecimento da tradição moral contrareformista, sob o Apostolado Positivista, na República Velha, e na versão positivista do marxismo, que lhe seguiu, de certa forma confundida, no plano político, em épocas mais recentes, com a pregação socialista dos católicos.

Cabe portanto perguntar: a história teria sido a mesma se a moral contrareformista tivesse sido devidamente criticada?

De todos os modos, essa crítica não mais pode ser postergada, razão pela qual proponho-me dar esse primeiro passo, na esperança de que possa vir a ser aperfeiçoado.

A moral contrareformista deve ser enfrentada, em primeiro lugar, no próprio plano religioso em que se apresenta e só subseqüentemente no plano moral.

Não há nenhuma dúvida de que o texto bíblico faz nitidamente uma opção pelos pobres. Os estudiosos entendem que ao tratar de questões concretas relacionadas à sobrevivência material, os grandes profetas, instituidores da religião judaica, não poderiam deixar de refletir a situação real do estado civilizatório em que se encontravam. A sociedade havia superado o nomadismo tornando-se sedentária. A agricultura e os criatórios constituíam-se nas atividades predominantes. Sobretudo a agricultura dependia inteiramente das condições naturais. Cabe lembrar a história de José, vendido como escravo aos egípcios pelos próprios irmãos, que se revelou administrador, tendo galgado altos postos na administração do Faraó. Sua grande façanha consistiu em fazer provisões para enfrentar anos de seca, alertado por um sonho do Faraó que interpretou de forma adequada (*Gen. 39-42*). A questão que se coloca pode ser formulada desse modo: preceitos bíblicos relacionados a situações concretas (mais precisamente a determinado estado civilizatório e, no caso específico, às atividades econômicas predominantemente agrícolas) devem permanecer inalteradas se aquelas circunstâncias se modificam?

A tradição judaica deu a essa pergunta uma resposta muito precisa no que se refere ao perdão das dívidas que deveria ocorrer no ano de jubileu (a cada sete anos e no cinqüentenário seguinte ao sétimo jubileu seguido), sendo este o texto bíblico: *“No sétimo ano farás a remissão, a qual será celebrada desta maneira. Aquele a quem é devida alguma coisa por seu amigo, ou por seu próximo, ou por seu irmão, não a poderá exigir, porque é ano da remissão do Senhor. Poderá exigi-la do peregrino e do estrangeiro, mas não terás direito de a exigir dos teus compatriotas nem do teu vizinho”*. (*Deut. 15*)

O preceito em causa estava relacionado à atividade agrícola: o agricultor pobre, em ano de colheita ruim, podia recorrer aos fazendeiros melhor sucedidos, obtendo meios para o seu sustento e da família, sem receio de perda da propriedade ou outros danos maiores se as condições naturais permanecessem desfavoráveis e não pudesse repor o empréstimo logo nas colheitas seguintes. Como disse o sábio Hillel, segundo a tradição oral, tratava-se de

ajudar aos pobres. Para preservar o espírito da recomendação, diante de situações requerendo empréstimos, devidas a outras circunstâncias, notadamente comerciais, Hillel concebeu o que se denominou *prosbul*, isto é, o registro dos empréstimos que poderiam ser cobrados no tempo devido, independentemente do jubileu. A par disto, o próprio instituto do jubileu caiu em desuso a partir da época da destruição do Primeiro Templo, em 588 a.C., quando as tribos do Norte foram exiladas e jamais regressaram à sua terra ancestral.

Para compreender devidamente o poder e os limites dos grandes rabinos de reinterpretar disposições contidas no texto sagrado, convém ter presente que os judeus não tomam o Velho Testamento como um bloco único, devendo-se essa praxe aos cristãos, graças à criação do que se denominou de Novo Testamento. Na tradição judaica, os cinco livros do Pentateuco formam um corpo autônomo, designado como *Torah* (a Lei), no qual a figura central é Moisés, contendo 613 mandamentos, isto é, regras de comportamento para os principais aspectos da vida. Segundo aquela tradição, a *Torah* foi ditada por Deus a Moisés em torno de 1.200 a.C., logo depois do êxodo do Egito. Os demais livros do que chamamos de Velho Testamento estão subdivididos deste modo: os 21 iniciais constituem o *Nevim*, considerado como relato histórico do povo de Israel desde a morte de Moisés à destruição do Primeiro Templo e o denominado exílio da Babilônia (586 a.C., como indicamos). Os textos subseqüentes são chamados de *Katuvim*, reunindo relatos históricos e de outra índole (o livro de Job, por exemplo).

Em torno da *Torah* criou-se uma grande tradição de comentários orais, somente compilados em nossa era, por volta dos anos 200. Na opinião do rabino Joseph Telushkin, autor de vasta caracterização das principais tradições judaicas,⁽²⁾ compilação tão tardia deve-se ao fato de que os rabinos supunham que o texto oral obrigava os alunos “*a manter relações estreitas com seus mestres, entendendo que os mestres, e não os livros, conservam melhor a tradição judaica*”. Essa primeira compilação é conhecida como *Talmud da Babilônia* que, por sua vez, suscitou novas discussões a ela agregadas, por volta do ano 400, no *Talmud Palestino*. Esses ensinamentos são também conhecidos como *Mishna*.⁽³⁾

Hillel, o autor da fórmula denominada de *prosbul*, é uma das grandes figuras religiosas e morais do judaísmo. Presumivelmente viveu no século inicial do primeiro milênio antes de nossa era, isto é, três séculos depois de Moisés, quando a vida econômico-social muito se sofisticara. Devia ser um homem preocupado com a aplicação do código naquilo que chamaríamos hoje de “*cláusulas pétreas*”. Assim, entre as máximas que proferiu e vieram a ser preservadas, consta o seguinte: “*O que lhe é prejudicial não faça ao seu vizinho. O resto é comentário – agora vá e estude (ou reflita)*”.

A *prosbul* e o subseqüente abandono do ano de jubileu têm sido estudados por eruditos de nomeada. Suas principais conclusões foram resumidas por David Novak, professor de Estudos do Judaísmo Moderno, na Universidade de Virgínia, publicado por Peter Berger na coletânea a que deu o título de *The Capitalist Spirit. Towards a religious ethic of wealth creation* (San Francisco, Califórnia, Institute of Contemporary Studies-ICS, 1990).

O estudo de David Novak intitula-se *Economics and Justice: a Jewish Example*. Segundo afirma, a prática inalterada do ano do jubileu manteve-se “*até a época de Hillel, o*

⁽²⁾ *Jewish Literacy*. The most important things to know about the Jewish religion, its people and its history. New York, Willian Morrow, 1991.

⁽³⁾ A riqueza desses ensinamentos morais, preservados pelos judeus, pode ser visualizada na magnífica antologia preparada J. Guinsburg: *Do estudo e da oração*. São Paulo, Perspectiva, 1968.

Velho, que liderava o povo judeu na Palestina, durante o primeiro século a.C. A *Mishna* menciona especificamente que este grande e influente sábio inventou procedimento chamado prosbul para possibilitar o reembolso dos empréstimos durante o ano sabático sem violação literal da lei bíblica. Sem essa medida, o sistema de empréstimo do rico ao pobre corria o risco de entrar em colapso”. A *Mishna* descreve o prosbul, continua, como consistindo num documento firmado perante a Corte, autorizando-a a cobrar o empréstimo considerado na transação e designa-o, escreve David Novak: “*como um dos ordenamentos de Hillel destinados ao ‘reparo do mundo’, que é um conceito rabínico similar ao Bonum com mane, onde o bem da sociedade como um todo requer o ajustamento de direitos legais privados*”.

Prosseguindo na exposição escreve esse autor: “*Na mais compreensiva monografia crítica de que dispomos, acerca do prosbul, o erudito judeu-hungaro Ludwig Blau argumentava, há cerca de sessenta anos, que o prosbul tornou-se necessário quando o povo judeu da Palestina deixou de ser basicamente uma comunidade agrícola e transformou-se, em resposta às novas circunstâncias econômicas existentes no mundo ao seu redor, numa comunidade de artesões e comerciantes. Foi essa mudança fundamental na economia que tornou necessário procedimentos que alterasse o efeito da lei, preservando a sua letra. Blau entende a situação como um conflito básico entre a moralidade religiosa e a realidade econômica, exigindo aquela espécie de compromisso*”. O texto a que se refere foi publicado em Budapeste no ano de 1927.

Na comunidade instituída na Palestina, sob rigorosa base religiosa – mostra David Novak – a riqueza era parte de um sistema que repousava na inteira posse da terra de Israel pelas doze tribos. Tratava-se de um sistema econômico fechado. O ano de jubileu visava assegurar a transmissão inalterada dessa herança a seus membros. Desde que o território de Israel deixa de estar sob o controle das doze tribos originais, em decorrência do exílio (e da chamada diáspora), subsequente ao século VI a.C. “*os rabinos reconhecem que o sistema do jubileu não mais podia funcionar*”.

Maimonides (1135-1204) não refere expressamente o *prosbul* mas tem presente que o preceito relativo ao perdão das dívidas está relacionado à atividade agrícola e à adequada distribuição da terra entre as doze tribos. Assim, é digno de registro que no 136º Preceito Positivo, relativo à santificação do ano do jubileu (50 anos), observa o seguinte: “*O Jubileu é observado apenas na Terra de Israel, e com a condição de que cada tribo permaneça em seu próprio lugar, ou seja, que cada uma permaneça no seu território da Terra de Israel, e que não se misture uma com as outras*”. No Jubileu (139º Preceito Positivo), as terras voltam aos seus proprietários originais. Mas a terra vendida dentro das muralhas da cidade, depois de um ano, tornam-se propriedade do comprador e não são devolvidas no Jubileu. Sobre o cancelamento das dívidas (141º Preceito Positivo) diz que as escrituras falam de dois tipos de desistência: a desistência de terra e a desistência de dinheiro. A Torah ordena a desistência de dinheiro apenas quando a lei referente à desistência da terra estiver em vigência.⁽⁴⁾

Entendo que o fato histórico descrito serve para comprovar a hipótese que formulei em outra oportunidade,⁽⁵⁾ quanto à existência no código moral judaico-cristão de um núcleo imutável e de uma periferia que sofre alterações. Como bem entreviu Kant, na esteira

⁽⁴⁾ Maimonides – *Os 613 Mandamentos*. São Paulo, Nova Stella, 1990, p. 141 e seguintes.

⁽⁵⁾ *Modelos éticos. Introdução ao estudo da moral*. São Paulo, Ibrasa-Champagnat, 1992 (em especial o capítulo 7. O que é mutável na moral e como se processa essa mudança).

das descobertas de Joseph Butler, a moral ancestral estrutura-se em torno de um ideal de pessoa humana, configurado a partir das idéias de *perfeição, responsabilidade, amor do próximo e liberdade*. A periferia mutável, que se encontra no próprio Decálogo, são duas instituições básicas em que repousa a sociedade, a saber: a família e a propriedade.

De sorte que embora o interesse pelos despossuídos, a solidariedade e a caridade sejam uma componente perpétua de nossas melhores tradições morais, a forma de efetivá-la deve achar-se na dependência das circunstâncias históricas concretas. Escapa à sociedade descrita no Pentateuco o imperativo de *gerar a riqueza*, como se dá na moderna industrial. Tratava-se ali de manter uma situação igualitária (entre as tribos) original, instituída pelo próprio Criador. O rico ganancioso era certamente uma ameaça ao equilíbrio que o ano de jubileu buscava preservar. Na Época Moderna, embora a avareza ou o ócio devam continuar merecendo a nossa condenação, no seio dos detentores da riqueza (ou dos que se proponham alcançá-la) há uma figura digna de ser exaltada: *o empresário*. Pela razão muito simples que ora estamos diante de uma sociedade de abundância (ao contrário da sociedade primordial, vitimada pela escassez) e a única maneira da imensa maioria ter acesso à variada gama de bens e serviços, disponíveis na sociedade, é através do emprego. E ainda que a busca da riqueza pelo empresário não vise diretamente o bem estar geral, ao propiciar novos empregos está desempenhando função primordial. O resto fica por conta daquilo que nós liberais denominamos de igualdade de oportunidades e é parte de nosso programa desde as versões desse ideário que se formularam a partir da segunda metade do século passado. De modo que, do ângulo estritamente religioso a preservação da moral contrareformista corresponde a uma brutal distorção do espírito da lei moral que herdamos de nossos mais remotos ancestrais.

Do ponto de vista estritamente moral, tampouco se sustenta a moral contrareformista. Que afirma pretender? A eliminação da pobreza. Compete pois, discutir tal pretensão e o modo de superá-la, se isto é efetivamente possível.

No que se refere ao tema da pobreza, a verdade é que nunca foi, entre nós, discutido com propriedade devida conforme procuro evidenciar no livro *O liberalismo contemporâneo* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995; capítulo sexto – A questão da pobreza, p. 153-196). Quando é considerada de modo sério, sobressai desde logo aquilo que Alexis Tocqueville (1805-1859) denominou de “paradoxo da pobreza”, isto é, o alargamento desse conceito na medida em que tem lugar o progresso material. Segundo a arguta observação do notável pensador, “*o inglês pobre parece abastado ao francês pobre e o último é encarado do mesmo modo pelo pobre espanhol*”. No período anterior, a pobreza consistia em não ter o que comer. No país mais rico de seu tempo, a Inglaterra dos meados do século passado, “*a pobreza é causada pela carência em relação a múltiplas coisas*”.

Em que pese a circunstância, a evidência é que o capitalismo alcançou razoável distribuição de renda; eliminou a indigência e reduziu o contingente de pobres (pobreza relativa, como adverte Tocqueville) a parcelas ínfimas da população. No livro antes mencionado transcrevo indicadores comprobatórios dessa verdade no que se refere à Inglaterra e aos Estados Unidos.

Como indiquei precedentemente, as famílias pobres são assim definidas, nos Estados Unidos, como aquelas cuja renda anual oscila, no exercício fiscal (1900-2000), em torno de US\$ 17.000,00. Num país como o Brasil, famílias com renda mensal de US\$ 1.300,00 seriam consideradas como pertencente à classe média. O padrão de vida norte-

americano é, entretanto, muito alto. Dados estatísticos disponíveis para 1992,⁽⁶⁾ indicam que 40% das famílias pobres nos Estados Unidos dispunham de casa própria; 64% tinham automóvel e 91% TV a cores. Em que pese o clamor da crítica contra os benefícios que a sociedade proporciona a tais famílias através do sistema de seguridade,⁽⁷⁾ o contingente de pobres, daquela forma definida, situa-se em torno de 15% da população. Esse contingente é ainda menor nos outros países desenvolvidos.

A constatação que se pode fazer é de que o capitalismo não só criou uma sociedade de bem estar material, sem precedentes na história da humanidade, como alcançou invejável distribuição de renda. Na prática realizou as promessas básicas do socialismo, o que se pode comprovar pelo confronto entre as duas Alemanhas, efetivado em seguida.

A três de outubro de 1995, a reunificação alemã completou cinco anos de existência. Desfeita a Cortina de Ferro, ali simbolizada pelo Muro de Berlim, o Ocidente passou a ser informado do brutal atraso econômico daquela área (a RDA), que se considerava a mais próspera e desenvolvida dentre os satélites soviéticos.

Segundo o esquema marxista, o imperativo socialista decorreria do fato da propriedade privada dos meios de produção, na sociedade industrial, transformar-se num obstáculo à continuidade do progresso técnico (no jargão marxista diz-se “*forças produtivas*”, conceito equívoco que provocou muita celeuma por envolver não só as máquinas mas também os homens). Subsidiariamente, o capitalismo produziria, em oposição ao polo da riqueza, o polo da pobreza (ainda segundo o jargão: “*pauperização absoluta e relativa do proletariado*”). Do lado capitalista (consideramos naturalmente as noções desenvolvidas que são as únicas merecedoras, de fato, da denominação de capitalistas, não sendo este o caso do Brasil, que estaria melhor caracterizado como patrimonialista, parente próximo do socialismo), o fenômeno não ocorreu. Mas, e do lado socialista?

As duas Alemanhas prestam-se, de modo excepcional, ao exame da questão. A mesma língua; idênticas tradições culturais; mão-de-obra igualmente educada e até a mesma religião (perversamente, sendo os protestantes imensa maioria na RDA). O resultado de meio século de socialismo, de um lado, e de capitalismo, de outro, deve servir para uma avaliação definitiva dos dois sistemas.

Os níveis de vida dos alemães ocidentais alcançaram padrões dos mais altos no Ocidente. Nos começos dos anos sessenta, quando os efeitos mais visíveis da devastação, provocada pela guerra, haviam sido ultrapassados (as cidades foram arrasadas e nos anos cinquenta conseguira-se desbloquear as ruas, quando muito, deixando à mostra os quarteirões destruídos), a renda familiar (média mensal) oscilava em torno de US\$ 600 (US\$ 7.200 anuais), destinando-se dois terços à alimentação, vestuário e moradia. Em 1992, já equivalia a US\$ 3 mil mensais, absorvendo a alimentação, o vestuário e a moradia apenas a metade. Quando da reunificação, a renda média familiar mensal, no lado oriental, era da ordem de US\$ 1.200/1.400 (em valores anuais teríamos, respectivamente, US\$ 36 mil no Ocidente e US\$ 14,4 mil/16,8 mil na ex-RDA).

⁽⁶⁾ James T. Patterson. *America's Struggle Against Poverty. 1900-1994*. Harvard University Press, 1994.

⁽⁷⁾ A crítica volta-se contra o fato de que o Welfare deu lugar ao surgimento de uma camada social que vive às suas expensas. Reforma republicana, só efetivada em 1995, limita a concessão de doações financeiras a cinco anos. Mais grave é que levou à proliferação do instituto da mãe-solteira, com reflexos assustadores nos níveis de delinquência juvenil e adolescente.

Nos tempos do socialismo, criou-se o mito de que na Alemanha Oriental não havia desemprego. Os próprios alemães ocidentais acreditaram nesse mito, o que os levou a avaliar por baixo os custos da unificação. Estimava-se que o fechamento de empresas ineficientes, na ex-RDA, iria deixar sem trabalho cerca de um milhão e meio de pessoas. Para absorvê-las, foram iniciadas obras expressivas a fim de modernizar a infra-estrutura, por conta do Estado. Contudo, a quantidade de pessoas sem funções nos antigos “*Kombinats*” da ex-RDA elevou aquele número a três milhões, obrigando o governo alemão a criar programas adicionais. Vale dizer, ao invés de criar o seguro desemprego, trataram de tapar o sol com a peneira. Cabe lembrar que entre as soluções por decreto, nos países socialistas, estava a proibição da mendicância.⁽⁸⁾

O confronto entre as duas Alemanhas sugere que o socialismo se transformou – para usar a feliz expressão de Meira Pena – numa “*opção pela pobreza*”, no que se refere aos padrões de vida. Para não falar da desmoralização dos sindicatos, na ex-RDA, transformados em “*bois de presépio*” o governo comunista, enquanto na Alemanha Ocidental acumulavam vultosos recursos financeiros, o que lhes permitiu participar de diversos empreendimentos prósperos, além da co-gestão. Ironicamente, no que se refere ao operariado, foi no Ocidente, sob o capitalismo, que se cumpriram as promessas do socialismo. Assim, a condenação do consumismo, que se gerou no Leste Europeu, não abriga qualquer componente moral. Trata-se simplesmente do ônus da ineficiência do socialismo, que se revelou, para ater-me ao jargão marxista, o grande obstáculo ao florescimento das “*forças produtivas*”.

3. Como se evidencia a persistência

São muito eloqüentes as evidências de que a moral contrareformista tornou-se um dos ingredientes fundamentais de nossa moralidade social básica. O ódio ao lucro e à riqueza são sentimentos amplamente difundidos, sendo muito generalizada a condenação ao capitalismo. Defendê-lo, ainda hoje, não deixa de ser uma temeridade. A esse propósito registro alguns fatos que parecem eloqüentes.

Num debate recente acerca do liberalismo social intervieram as diversas correntes de opinião existentes no país (socialistas, sociais-democratas, liberais sociais e conservadores liberais). Representando os socialistas, o jornalista Reynaldo Jardim afirmou que optaria pelo que chamou de socialismo liberal. Neste os trabalhadores disporiam de direitos e padrão de vida equiparáveis aos existentes nos países desenvolvidos, circunstância que não registra talvez por desconhecer o que seja o Welfare State. Asseguradas tais conquistas aos trabalhadores, o socialismo liberal garantiria ao capitalista o direito de fazer o que quisesse com o dinheiro que lhe sobrasse. E prossegue: “*Ele tem cinco aviões, palácios em Amsterdã, toma banho com champanha francesa. Ótimo, desde que esteja cumprindo um estatuto que assegura a quem trabalha condições de vida decentes*”. (*Jornal do Brasil*, 12.01.92). Vê-se que o Sr. Reynaldo Jardim tem ódio à riqueza e ao lucro, desprezando os empresários que, na sua visão, não têm qualquer função social.

⁽⁸⁾ Nesse particular, estudos que só agora têm sido possíveis de realização por especialistas ocidentais comprovam que a seguridade social na Rússia, constituída com contribuições exclusivas do Estado ou diretamente das empresas estatais, virtualmente inexistente. Noventa por cento dos aposentados e pensionistas (cerca de 50 milhões) vivem abaixo da linha de pobreza e seriam, no Ocidente, classificados como indigentes. Estão começando agora, nos anos noventa, a erigir um sistema como o que se implantou no Ocidente, a partir de uma herança verdadeiramente trágica.

Esse sentimento de ódio irracional diante do lucro e da riqueza é algo de mais difundido do que se pode imaginar na atual realidade brasileira. Permito-me registrar aqui um outro depoimento expressivo, desta vez de uma personalidade que, acredito, possa simbolizar a mentalidade que presidiu a modernização econômica promovida pelos governos militares. Trata-se do general Alencastro e Silva, que organizou a TELEBRÁS e se considera como sendo o artífice da modernização dos serviços telefônicos no Brasil. Publicou recentemente, em 1990, o livro *Telecomunicações – histórias para a história*.

O conhecido militar reconhece que a mentalidade vigente no grupo que conquistou a hegemonia na Revolução de 64 era muito próxima do socialismo. Diz mesmo, citando uma autoridade, o conflito vivido pelos dirigentes militares da Revolução de 64: “*No campo político são visceralmente anti-socialistas; enquanto no campo econômico, paradoxalmente, são contra o lucro, isto é, uma posição socialista*”. Teria repetido a frase para um interlocutor cujo nome nem sequer recorda, e lhe atribui esta afirmativa: não existe uma grande fortuna que não tenha surgido do esterco. Traduz deste modo: “*em outras palavras: o lucro muitas vezes cheira mal. A vida me ensinou a aceitar, embora com repugnância, este determinismo do regime capitalista*”. Tudo isto está na página 133 do livro indicado.

Onde será que o general Alencastro adquiriu essa vivência com o capitalismo que lhe provocou tamanha repugnância? Em sua biografia consta ter transitado diretamente dos quartéis para cargos na burocracia, a exemplo da TELEBRÁS. Tudo leva a crer que ele sempre soube que o capitalismo não prestava, que o lucro cheira mal. O capitalismo inventou o telefone e difundiu-o. Realizou maravilhas no plano das comunicações. O general tem na devida conta essas conquistas da técnica. Mas nem de longe as associa ao capitalismo. Na sua visão, este veio do esterco. É interessante registrar essa idéia de que riqueza provém de algum lugar tenebroso, que nos é familiar, desde pelo menos o século XVIII.

A recusa do capitalismo antes mesmo de vivenciá-lo não é fenômeno recente em nosso país mas relativamente velho. Numa primeira aproximação, vamos encontrá-la nas últimas décadas do século passado.

O socialismo surgiu como uma reação moral dos intelectuais aos efeitos sociais da Revolução Industrial, com a formação de grandes aglomerações urbanas e o trabalho fabril baseado em jornadas intermináveis. Romancistas de enorme talento, como Dickens, carregaram nas tintas – embora sua obra tenha sobrevivido como expressiva da maldade humana, em geral, e não da maldade capitalista, em particular –, sua mensagem há de ter calado fundo na consciência da elite da época. Dando notícias dos levantamentos – alguns privados e outros oficiais, que então se fizeram – os historiadores portenhos Ellauri e Baridon escrevem: “*Na cidade de Manchester, mais da metade habitava em sótãos. Na França, os operários têxteis trabalhavam de 16 a 17 horas por dia e recebiam salário miserável. Nas minas de carvão da Inglaterra, as crianças arrastavam vagonetes pelas galerias nas quais era difícil passar um adulto, em troca de pagamento ínfimo. Na Alemanha, algumas indústrias utilizavam os serviços de menores de até cinco anos de idade. Em toda parte, as mulheres recebiam remuneração extremamente reduzida. A mortalidade dos proletários assumiu caráter alarmante*”. (*História Universal – Época Contemporânea*, 17ª edição, Buenos Aires, Kapelusz, 1972).

De sorte que o socialismo obedece a uma inspiração eminentemente moral. Os fundadores dessa doutrina provém todos da elite proprietária ou da alta intelectualidade.

Exagerou-se o fato de que Proudhon tenha sido tipógrafo e revisor – o que se supõe haja causado viva impressão em nosso Antero de Quental – enquanto procurou-se dourar a condição de fabricante de cerveja de seu pai, a exemplo de Jesus Silva Herzog – incumbido de preparar para o Fondo de Cultura do México uma Antologia do Pensamento Econômico-Social, aparecida em 1963 – que escreve: “*su padre fue un honrado elaborador de cerveza em pequena escala*”.

Esses homens de elite, diante de uma situação real, que se desenvolvia às suas vistas, imaginaram uma solução radical: abolir o capitalismo para, em seu lugar, colocar um regime baseado na Justiça. O substrato último dessa colocação reside no suposto de que as pessoas seriam (ou poderiam ser), como eles próprios, seres morais. Não pretendo discutir agora essa premissa mas não poderia deixar de assinalar que se trata de uma impossibilidade.

Nessa altura, cabe perguntar: como se passaram as coisas onde não houve Revolução Industrial, onde não surgiram fábricas concentradoras de grandes contingentes humanos, onde não se verificou nenhuma “*fome de aço*” e, para tanto, não foi preciso mobilizar todas as pessoas aptas ao trabalho, mesmo crianças, e enfiá-las em soturnas galerias de minas subterrâneas?

Creio que foi Silvio Romero o primeiro pensador a enfrentar essa questão. Na segunda edição de seu livro *Doutrina contra Doutrina*, aparecida em 1895, inseriu uma longa introdução com este título: “*Os novos partidos políticos no Brasil e o grupo positivista entre eles*”. Nesse texto Silvio Romero faz profissão de fé socialista mas não se furta ao registro do caráter artificial das agremiações surgidas no país (“*temos nós aqui também o nosso partido operário, segundo todos os sintomas; temo-lo até já dividido entre três ou quatro grupos, conforme não menos evidentes sinais*”). Acrescenta: “*As grandes leis da história hão de se cumprir também no Brasil; nós também havemos de ter o nosso quarto estrato triunfante. Não há dúvida.*”

Mas para que, por prazer de imitação, ou por qualquer outro móvel ainda menos desculpável, havemos de fantasiar fatos que não possuímos, problemas que não nos assentam e só podem servir para aumentar a confusão, desnortear os espíritos e dificultar a vida da nação?”

Na visão de Silvio Romero, “*as condições para a existência de um partido reivindicador dessa natureza são sempre e por toda parte: país demasiado cheio de população, concentrada esta especialmente em grandes cidades industriais*”. Parece-lhe, com razão, que a situação do Brasil em nada se assemelha à dos países industriais. Com a pequena exceção de alguns fazendeiros, senhores-de-engenho ou proprietários urbanos, a grande massa é pobre, mesmo os pequenos proprietários urbanos e rurais. Se tivessem sido feitos aqui estudos como os que se promoveram na Europa sobre a situação da classe operária – menciona os devidos “*a Carlos Marx e Engels sobre as classes operárias na Inglaterra; os de Bebel e Liebknecht sobre as da Alemanha*”- ninguém se lembraria de comparar aos burgueses ricos dos países abastados nossa elite proprietária. A pequena indústria local é sempre insignificante. O país nitidamente não dispõe de poupança para empreender o caminho da industrialização.

Ora, sejamos francos, continua Silvio Romero, “*onde está aí, em todas as classes, o trabalhador famélico que veja suas forças exploradas criminosamente pelo capitalismo? Não está em parte alguma, é a resposta irrefragável*”. Avança esta conclusão: “*É por isso que*

o caráter de macaqueação da democracia social brasileira é visível a olhos desarmados. Na Europa, a grande massa estruge famélica: aqui espera talvez fazer alguma greve pilhérica sonhada por algum deputado ambicioso. Na Europa, quando não está na luta pertinaz, comemora suas datas com manifestações assombrosas; aqui faz alguma passeata acadêmica ou vai ao São Pedro ou ao Lucinda assistir algum espetáculo burguês”.

Silvio Romero limita-se entretanto a fazer a constatação e não a aprofunda, ainda que não se possa negar-lhe o mérito de haver contribuído para o surgimento da sociologia brasileira, isto é, o empenho de voltar-se para a realidade social e tentar compreendê-la. Mas, na verdade, o culturalismo sociológico que introduziu em nosso meio demoraria muito até descobrir o significado da valoração moral, na obra de Oliveira Viana.

Como se vê, o socialismo da geração brasileira que fez sua aparição nas últimas décadas do século passado, não tem, do lado da sociedade, nada que lhe corresponda autenticamente. Essa espécie de socialismo é, portanto, anterior ao capitalismo.

Do que precede, parece evidente a longa sobrevivência, em nosso meio, da moral contrareformista, que, aliás, tem passado incólume, isto é, sem merecer a necessária avaliação crítica, razão pela qual procurei fazê-lo precedentemente.

IV. PATRIMONIALISMO, CIENTIFICISMO E CONTRA-REFORMISMO – CONSEGUIREMOS VENCÊ-LOS?

1. Privatização, desregulamentação e consolidação das instituições do sistema representativo

Sair do patrimonialismo parece ser tão complicado como sair do comunismo. No caso da Rússia, também se tratava de velho Estado Patrimonial, cujas características básicas foram acentuadas pelo regime soviético.

Karl Wittfogel (1896-1988), em seu livro clássico *O despotismo oriental*. Estudo comparativo do poder total (Yale University Press, 1957) responde à pergunta “Como se constituiu Estado mais forte que a sociedade?” reconstituindo a formação dos Estados Patrimoniais no Oriente, na América pré-colombiana, na Península Ibérica e na Rússia. Neste último caso, desde seus primórdios sofre a influência de dois tipos de despotismo: bizantino e mongol, de que resulta a concentração do poder total em mãos da burocracia czarista. Desde o término da ocupação mongol, no século XVI, até a revolução de fevereiro de 1917, manteve-se intacta a mesma estrutura.

A exemplo dos demais Estados despóticos, a burocracia detinha simultaneamente o poder político e o poder econômico.

A influência ocidental manteve-se como algo exterior, mesmo no período subsequente à criação de indústrias e à aceitação de créditos externos para financiá-las e técnicas alienígenas para operá-las. As relações entre a burocracia do Czar e as forças econômicas privadas mantiveram-se inalteravelmente presas à tradição. Quando, nos começos do século XVIII, torna-se manifesto que era vital para a defesa do país a atividade industrial, o governo czarista não se contenta em regulamentar algumas novas indústrias, como o fizeram os governos da Europa Ocidental. Dispõe-se a dirigir diretamente o essencial da indústria pesada e até mesmo uma parte da indústria de transformação, empregando assim a maior parcela da força de trabalho, que estava submetida ao regime da servidão, transplantado da agricultura.

O regime da servidão seria extinto apenas na segunda metade do século XIX. Ao fazê-lo, entretanto, a burocracia czarista mantém o meio rural submetido a um controle administrativo tipicamente oriental. Nas últimas décadas do século, por meio de taxas diretas e indiretas, estima-se que o Estado chegava a apropriar-se de cerca da metade da renda do setor agrícola.

A burocracia czarista não se sentia obrigada a proteger a aristocracia territorial. Assim, esta, entre 1861 e 1914, chegou a perder cerca de 40% das terras que tinha em seu poder. A reforma de 1906 mostra o funcionalismo absolutista muito mais preocupado em criar uma classe poderosa de camponeses proprietários (denominados de “kulaks”, com os quais a burocracia soviética acabaria desentendendo-se e liquidando fisicamente) do que preservar as prerrogativas da nobreza rural.

Embora tivesse estimulado investimentos privados na indústria, nos começos do

século XX o Estado czarista dirigia a parcela essencial das estradas de ferro do país, impunha um controle drástico às indústrias monopolistas importantes e ocupava uma posição chave nos investimentos estrangeiros. Por meio das garantias que facultava, o Estado dominava um terço da indústria de transformação não-monopolista e, em 1914, nunca menos de 90% da primeira das indústrias pesadas, a extração mineral.

O Banco do Estado era um autêntico banco central de todo o sistema de crédito russo. E conclui Wittfogel: “Certamente que não é necessário avaliar a ordem social russa pelo critério único do controle financeiro; mas é certamente necessário ter presente que um único “bureau” do aparelho de Estado czarista controlava todo sistema financeiro do país. Se se considera, de outra parte, qual era o papel da burocracia czarista na sociedade rural e urbana, não se pode deixar de concluir que, nos começos do século XX, os homens do aparelho do Estado eram mais fortes que a sociedade”.⁽¹⁾

O Estado soviético em nada inovou. Ao contrário, a nova elite burocrática logo conquistou posições de domínio sobre a sociedade ainda mais fortes que a burocracia czarista. “Assim – escreve Wittfogel –, na medida em que os dirigentes da Rússia soviética perpetuam um dos traços-chave da sociedade agro-estatal, a saber, a posição monopolista de sua burocracia dominante, faziam mais que a simples perpetuação dessa sociedade. Mesmo antes da coletivização da agricultura, os aparatchiki⁽²⁾ soviéticos dispunham de um sistema mecanizado de comunicação e de produção industrial que os colocava numa posição superior à alcançada pela burocracia agro-hidráulica.⁽³⁾ O aparelho industrial estatizado lhes fornecia armas novas de organização, propaganda e coerção, aptas a permitir a liquidação dos pequenos produtores agrícolas enquanto categoria social. A coletivização transforma os camponeses em trabalhadores agrícolas submetidos a um único padrão: o novo aparelho do Estado, o despotismo agrário da antiga sociedade aliava o poder político total a um controle social e intelectual limitado. O despotismo industrial da sociedade de aparelho estatal total alia o poder político absoluto ao integral controle social e intelectual”.⁽⁴⁾

Deste modo, a inovação introduzida pela burocracia soviética consiste em se haver apropriado dos segmentos da atividade econômica (a indústria e os serviços industriais) que lhes permitiram promover a eliminação ou a pulverização daquelas forças sociais, tanto urbanas (burguesia industrial) como rurais (aristocracia, camponeses ricos e campesinato em geral), que poderiam lhe opor qualquer sorte de resistência. Persistentemente o Estado soviético conseguiu transformar a sociedade numa massa amorfa, alcançando assim uma consistência com a qual a burocracia czarista não havia sequer sonhado, desde que, ao longo da história da Rússia, preservaram-se segmentos relativamente estruturados na sociedade.

A experiência de desmonte do Estado Patrimonial russo, iniciada desde os fins da União Soviética, formalmente extinta em 25 de dezembro de 1991, pode proporcionar-nos alguns ensinamentos.

Em 1992, Boris Yelstin, presidente da Federação Russa, adota um plano de

⁽¹⁾ Obra citada. Cap. VI. Zonas centrais marginais e submarginais das sociedades hidráulicas, p. 219-221.

⁽²⁾ Integrantes da máquina burocrática.

⁽³⁾ Para Wittfogel, foi a necessidade de proteger sistemas de irrigação que deu origem a Estados gigantescos, mais poderosos que a sociedade em seu conjunto, evoluindo com o tempo – e disseminando-se – para o que se convencionou denominar de Estado Patrimonial, estrutura e contraposta ao Estado Liberal de Direito, criação moderna.

⁽⁴⁾ Obra citada, p. 529-530.

desestização da economia. Dividiu-o em duas etapas. Na primeira seriam privatizadas todas as empresas industriais e de serviços, exclusive os grandes monopólios (telecomunicações, gás, petróleo etc.), que ficariam para a segunda etapa.

O primeiro ciclo das privatizações na Rússia apoiou-se na distribuição de bônus à população, isto é, todos receberam um papel que se destinava a torná-los acionistas. Vale dizer: imaginou-se que o caminho seria transformar a propriedade estatal, de fato, numa propriedade de todo o povo, o que permitiria a criação de um grande mercado de capitais, baseado nas Bolsas de Valores. É provável que essa fantasia não passasse de sonho de uma noite de verão segundo o qual seria possível copiar o modelo norte-americano.

O que aconteceu de fato? Os antigos dirigentes das empresas adquiriram os bônus a preços aviltados e assumiram o controle das empresas. Em grande parte dos casos, os operários não venderam os bônus, ao que se supõe, temendo demissões, achando que estariam adquirindo uma espécie de garantia de trabalho. E, assim, a antiga burocracia teve que dividir o controle acionário com os trabalhadores.

A revista *Economic Reform Today*, que se edita em Washington, tem acompanhado a privatização efetivada no mundo e concluiu, no caso russo, que dificilmente haveria outra possibilidade, como sugere aliás o fato de que a segunda etapa venha sendo sucessivamente postergada, por incessantes denúncias de corrupção. Os grandes monopólios seriam vendidos a grupos estrangeiros. O argumento da mencionada publicação é o de que a antiga burocracia, se continua à frente das empresas, perdeu a proteção do Estado e está sujeita à falência. Número crescente de tais empreendimentos buscam o saneamento financeiro, assistência técnica estrangeira, aparecendo inclusive a disposição de dividir o patrimônio com grupos capitalistas (obrigatoriamente de outros países europeus ou da América pois essa espécie de gente foi liquidada fisicamente pelo regime soviético).

Outra questão emergente no processo de desmonte do Estado Patrimonial russo consiste na necessidade ante a qual se encontraram de organizar sistema previdenciário. Embora tivessem ao longo de sua existência alardeado sua superioridade em relação ao Ocidente, no tocante ao bem estar dos trabalhadores, os soviéticos não dispunham de nenhum sistema auto-sustentável para pagar aposentadorias e pensões. Os recursos provinham diretamente do orçamento. Como tudo pertencia ao Estado, nunca se chegou a constituir autêntico sistema tributário. Acabava havendo encontro de contas. Tampouco se admitia que semelhante regime pudesse ser inflacionário. Inexistia a possibilidade de aumentos de preços e as empresas estavam sempre mudando a denominação dos produtos para burlar tais dispositivos (as empresas deviam ser auto-suficientes e até dar lucro, empregando-se essa palavra ao arripio da satanização de que o marxismo a revestira). Seguro-desemprego, nem falar pois o Estado Soviético não reconhecia a existência de tal coisa, que não passaria de um apêndice do capitalismo. Nesse caminho, constituiu-se verdadeiro exército de subemprego disfarçado, que a privatização acabaria pondo a nu.

Depois do fim do Estado Soviético, ficou-se sabendo no Ocidente que o país tem 50 milhões de aposentados, a grande maioria no meio rural, cuja situação é a seguinte: metade dos beneficiários urbanos e 90% dos rurais seriam, em termos ocidentais, considerados indigentes.

A exemplo de tudo mais, a assistência médico-hospitalar era toda estatizada, caracterizando-se pela má qualidade e pelo atraso, já que os russos não dispunham de

institutos de pesquisa e não tinham como negociar com o estrangeiro nesse particular. Salvavam-se os hospitais colocados a serviço da nomenklatura.

A solução encontrada consistiu em permitir a organização de toda espécie de fundos para atender à aposentadoria, ao desemprego e à saúde. Mas a situação da população (150 milhões) não favorece esse tipo de solução de mercado: 25/30% situam-se abaixo da linha de pobreza e o contingente de pobres oscila entre 30% e 50% segundo as regiões. Mesmo a classe média não dispõe de maior poder aquisitivo. O quadro foi agravado com a eliminação dos subsídios dos diversos serviços (transportes urbanos; energia; telefone etc.) e o inevitável aparecimento da inflação.

Finalmente, estruturou-se um sistema partidário permissivo, o que tem levado à pulverização dos agrupamentos que poderiam vir a constituir uma alternativa para os remanescentes patrimonialistas.

Como não poderia deixar de ser, o descontentamento generalizou-se. Os reformistas não foram capazes de acenar para a população com uma perspectiva clara de superação das dificuldades que somente poderia advir de uma profunda reforma no campo – onde persistem os obstáculos à constituição de propriedades privadas, além de que os chamados camponeses ricos (empresários agrícolas, na verdade) foram fuzilados ou fugiram do país – e da consecução da segunda etapa da privatização, capaz de atrair multinacionais aptas a disseminar investimentos e ir criando focos de retomada do crescimento econômico, desaparecido desde a última fase do regime soviético. Em consequência, o Partido Comunista ganhou as eleições parlamentares de 1995, chegando a dispor de maioria, em aliança com os nacionalistas, o que não afetou a balança do poder devido às limitadas prerrogativas de que dispõe a Duma (nome russo da Câmara dos Deputados). Nas eleições realizadas em fins de 1999 perderam aquela condição majoritária, o que talvez possa indicar que parcelas da população hajam começado a vislumbrar uma luz no fim do túnel.

Com essa descrição sumária, vê-se logo que a situação brasileira não é tão trágica. Há muita discussão das efetivas proporções de nosso contingente de pobres mas estamos longe de ter atingido uma situação como a que chegou a Rússia. O nosso sistema previdenciário é limitado mas constitui um ponto de partida. De todos os modos, não devemos alimentar ilusões quando ao poder da burocracia patrimonialista. Aplica-se tanto ao Brasil quanto à Rússia esta advertência da sabedoria popular, que parece ter decorrido do contato com o Estado Patrimonial: o diabo é perigoso porque é velho. É preciso levar em conta que o patrimonialismo brasileiro, por suas origens ibéricas, é tão antigo quanto o russo. Assim, cabe determo-nos nos ensinamentos que poderiam advir da mencionada tentativa de sair do patrimonialismo.

A primeira advertência é quanto aos prazos de efetivação e à profundidade da desestatização. Embora não haja propriamente uma teoria do desenvolvimento econômico, está provado que a hegemonia – ou a presença expressiva – do Estado na economia leva à estagnação. Foi assim não apenas no Leste Europeu mas igualmente na Europa Ocidental. A desestatização radical e a abolição da rigidez nas relações de trabalho permitiram à Inglaterra retomar o desenvolvimento eliminando o desemprego. No resto do Mercado Comum Europeu, embora se haja rompido com a estagnação econômica, as taxas de desemprego continuam altas, o que, muito provavelmente, tem a ver com o fato de que as relações de trabalho permanecem intocadas e a desestatização marcha a passos lentos, dilatando-se no tempo.

A privatização dos grandes monopólios estatais, notadamente na esfera da energia, permite disseminar investimentos em pontos diversificados, fazendo com que os benefícios da providência comecem a ser sentidos por segmentos espalhados da população. É preciso reconhecer que o patrimonialismo, longamente praticado, leva a população a aceitar o paternalismo estatal como coisa natural. Contingentes de maior ou menor expressão consideram que se trata de um *bem*. Num quadro destes deve-se reconhecer que muitos não de considerar a privatização como *mal*. Em tal circunstância, é preciso levar em conta a perspicácia de Maquiavel quanto à necessidade de que, aquilo que o comum dos mortais considera como mal, precisa ser feito de uma só vez pelo governante.

E não apenas isto. Quando mais não seja, por simples instinto de sobrevivência os patrimonialistas resistirão com unhas e dentes. Prolongando a sua permanência, em postos-chaves da economia, perpetua-se a sua capacidade de mobilização. Veja-se o nosso caso: desde 1930, o país dispõe de “pais dos pobres” e a canalização da riqueza para as mãos do Estado não se deve ao fato de que os altos burocratas precisam de “dachas” (não deixa de ser sintomático que hajam dado esse nome russo às suas mansões) às margens do lago, em Brasília – ou que o presidente do Supremo Tribunal Federal continue sendo dispensado de descontos previdenciários a fim de trocar anualmente o seu carro particular – mas para atender ao slogan “tudo pelo social”. São mais ou menos setenta anos nesta lengalenga e os níveis de pobreza continuam altos. E as vítimas dessa situação não a associam à pujança do Estado. Deve-se proclamar que a elite burocrática estatal revela a maior competência em “vender o seu peixe”.

Embora viéssemos falando de desestatização desde o último governo militar, somente na campanha eleitoral de 89 tornou-se patente para todos que se impunha, pela abertura econômica, completar a abertura política. Essa plataforma despertou grande entusiasmo na população mas descobriu-se que havia sido apropriada por um farsante, interessado em ampliar a gatunagem tradicional, destinando-a à quadrilha que comandava diretamente. Em que pese a trágica experiência, o desejo de ver-se livre da tutela estatal mostrou-se suficientemente forte para dar ganho de causa, nas eleições de 1994, à proposta de índole liberal. O problema é que a formação socialista e social-democrata da pessoa incumbida de executá-la, Fernando Henrique Cardoso, tem pesado mais do que seria legítimo esperar, mesmo porque parecia interessado, mais que ninguém, em esquecer aquele passado.

No primeiro semestre de 1995, o Parlamento reformou o capítulo da Constituição dedicado à organização econômica, eliminando discriminações ao capital estrangeiro e permitindo a privatização dos serviços telefônicos. A última providência arrastou-se ao longo do primeiro mandato, efetivando-se apenas quase ao término do quarto ano de governo. Não havia restrições legais para a privatização do setor elétrico mas a geração continuou em mãos do Estado, privatizando-se a distribuição em algumas unidades da Federação, com o que apenas criaram-se bodes expiatórios para serem responsabilizados pela má qualidade dos serviços.

Fernando Henrique Cardoso recusou frontalmente a privatização da Petrobrás. Aceitou – e logo se viu, sem a intenção de cumprir – a transferência do monopólio das mãos da empresa para a União. Esse dispositivo legal gerou uma verdadeira novela, magnificamente resumida por Miriam Leitão, em sua coluna de *O Globo* (27.04.2000), ao registrar que o governo, mais uma vez, adiou sua efetivação por dois anos. Lembra que, primeiro, o governo demorou em regulamentar a nova regra constitucional. Depois de efetivada, era necessário abrir a importação para que a decisão se cumprisse. Até a data do

artigo, proclama, “o mercado permanece fechado. O prazo previsto era agosto deste ano, foi adiado para o começo ao ano que vem. Ontem o ministro Rodolfo Tourinho disse que é possível que só em janeiro de 2002 outras empresas possam ser autorizadas a importar petróleo e derivados”.

Prossegue: “Antes de abrir o mercado, decidiu-se pagar uma antiga dívida que o Tesouro teria com a Petrobrás. A empresa seria indenizada por supostos prejuízos quando os preços ficaram achatados. Para transferir essa conta para o consumidor foi criada uma coisa de nome PPE, Parcela de Preços Específica”. Trata-se, como indica, de um imposto disfarçado que somente será formalizado quando se efetivar a reforma tributária, que ninguém sabe quando virá. Mais que isto, o governo decidiu mudar a estrutura de preços que passaram a seguir as cotações internacionais. Embora 70% do petróleo que refina corresponda a produção interna, que admite seriam a custos menores, a elevação daqueles preços internacionais beneficia a empresa, sem alternativa. Se o governo não autoriza a elevação interna, fica devendo. Como diz Miriam Leitão: “A Petrobrás fica assim no melhor dos mundos: não tem competidores internos, mas tem as vantagens do mercado aberto. Pode vender para o Brasil o petróleo ao preço internacional. Quanto mais ele subir lá fora, melhor para a empresa. No primeiro trimestre deste ano, o lucro da Petrobrás foi maior do que o de todo o ano passado”. A brilhante colunista é incisiva. “O caso do petróleo dá uma noção de como o governo Fernando Henrique acaba prisioneiro de suas próprias contradições e ambigüidades”. De minha parte as qualificaria devidamente: trata-se da relutância em abandonar a prática socialista e aceitar a maior eficácia da proposição liberal. E acrescentaria: e depois fica-se sem saber de onde provêm as nossas dificuldades.

Quando me refiro à proposta liberal não a confundo com o chamado “neoliberalismo”, que corresponde ao abandono da melhor tradição liberal. Essa tradição consiste no empenho sistemático em fazer com que o Estado de Direito atuasse no sentido de ampliar as igualdades de oportunidades. Tal desfecho, de algum modo, está associado à existência de condições favoráveis ao florescimento do capitalismo, que revelou depender da distribuição de renda para alcançar pujança crescente do mercado. Aquelas condições correspondem basicamente ao respeito à propriedade privada e à existência de um sistema legal que não possa ser alterado sem uma ampla negociação com as partes interessadas.

Subsidiariamente, os chamados direitos sociais devem corresponder ao que o pensador português João Carlos Espada tem denominado de chão comum, nível “abaixo do qual ninguém deve rezear cair, mas acima do qual podem surgir e florescer desigualdades sociais”. A premissa se completa com a tese de que a indigência (incapacidade de suprir a própria subsistência) não pode ficar na exclusiva dependência da caridade privada. É preciso destinar recursos públicos para eliminar aquela condição. A adoção deste princípio permitiria sanar as dificuldades do sistema previdenciário oficial. Além de que precisaria dispor de uma base atuarial (isto é, renda proveniente de aplicações) – para não viver exclusivamente das contribuições correntes – não há porque usar seus recursos para atender à indigência. Bastaria o governo destinar àquele fim o dinheiro do Tesouro que tem canalizado com a Petrobrás – ou para tapar os rombos do Banco do Brasil – que o problema seria resolvido. Numa circunstância dessas, a instituição poderia inclusive reduzir certas alíquotas, que sobrecarregam os cursos das empresas, reduzindo-lhes a competitividade.

À luz da proposta liberal assim concebida, a reforma previdenciária encetada pelo governo é parte do processo de “sair do patrimonialismo”. É preciso acabar com os privilégios escandalosos em matéria de aposentadoria. Esse objetivo, contudo, teria que se

fazer acompanhar da elevação da capacidade de poupança da grande massa, a fim de habituá-la à idéia de que a manutenção dos padrões de bem estar material, que hajam conquistado, corresponde a responsabilidade pessoal, ou seja, todos sendo instados a abandonar o paternalismo estatal. Para tanto, contudo, não podem perdurar as regras segundo as quais a cada salário destinado ao empregado, o empregador recolhe valor equivalente a 120%, gerido pelo Poder Público. A desregulamentação das relações de trabalho torna-se, portanto, essencial.

A par disto, a desregulamentação deve abranger outros segmentos da vida social. Sem a pretensão de esgotar o tema, enfatizaria o seguinte:

I) em matéria de formação profissional, a ingerência pública teria que limitar-se àquelas atividades que podem causar riscos e danos à sociedade, como a medicina, as engenharias e a prática do direito. Ainda assim, a supervisão ficaria, preferentemente, a cargo de entidades organizadas pelos próprios interessados, a exemplo da OAB. No caso da saúde, como o exercício profissional é praticamente automático, deveria caber à Associação Médica Brasileira autorizar o funcionamento dos cursos respectivos. Nessa maneira, aliás, o Brasil é o único país do mundo que diploma mais de dez mil médicos por ano, o que é literalmente impossível se tivermos presente que a formação daqueles profissionais está associada à prática hospitalar. Nas engenharias, os CREAs poderiam servir como a base requerida pelo acompanhamento. Todos os demais cursos ficariam livres de qualquer ingerência pública e a existência dos atuais Conselhos deixaria de ser obrigatória, ficando a decisão relativa à sua sobrevivência a cargo dos profissionais de cada área.

II) O Estado seria afastado da avaliação dos sistemas educacionais. Criar-se-iam incentivos capazes de estimular a concorrência entre instituições que se dedicassem àquele mister, de preferência organizadas por associações de pais ou entidades congêneres, instando-as a adotar critérios objetivos, na medida do possível associados ao mercado.

III) O sistema de organização de empresas seria simplificado, levando em conta a experiência internacional. Na Itália, as pequenas e médias empresas (que em alguns casos podem contratar até 200 pessoas, por acordo entre as partes) estão dispensadas de ter contabilidade, fixando-se em comum acordo níveis de lucros passíveis de tributação, patamares revistos periodicamente para ajustá-los à realidade.

O espírito dessa desregulamentação seria simplificar a vida dos cidadãos. Para dar mais um exemplo: não há nenhuma razão que justifique vistoria em automóveis no mesmo ano de sua fabricação. É uma praxe que se louva apenas do interesse em “criar dificuldades para vender facilidades”, isto é, fomentar a corrupção, como é precisamente o caso dos DETRANs.

Em matéria de política pública de saúde, embora a Nação não haja sido arrastada à sua discussão – como precisa ocorrer, a exemplo da Previdência –, tudo indica que o segmento populacional que depende do sistema público situa-se nas camadas de mais baixa renda. Aqueles hospitais e serviços que escapam a essa regra e precisam ser públicos (como seria talvez o caso dos prontos-socorros) deveriam ser cobrados. A maioria dispõe hoje de planos de saúde. O que parece claudicar é o sistema de fiscalização.

Finalmente, não sairemos do patrimonialismo sem um sistema político capaz de funcionar e que seja acatado. Ao longo do período republicano, durante mais de um século,

portanto, não tivemos liberdade para estruturá-lo, interrompendo-se abruptamente a experiência imperial. Nas maiores nações desenvolvidas, os grandes partidos políticos são longevos. Na Inglaterra, o mais novo é o Partido Trabalhista, que completará cem anos em breve. Nessa matéria é espantosa tanto a falta de paciência de expressivos contingentes da população como a maneira leviana com que os meios de comunicação consideram o problema. Até parece que se acham de todo empenhados em criar o caldo de cultura requerido para o novo tipo de ruptura institucional inventado na América Latina, como ocorreu na Venezuela, quando a destruição do sistema representativo é autorizado pelo voto. Seria esquecer todos os sacrifícios que temos feito desde o início da abertura política, que convém lembrar, é a terceira ou quarta tentativa que se empreende na República, as anteriores sem sucesso. A insistência no comportamento descrito equivale a, mais uma vez, caminhar naquela direção.

2. Como institucionalizar a pesquisa científica e questões correlatas

Fala-se muito da nova sociedade em construção, que seria uma sociedade do conhecimento, à vista das facilidades criadas para a circulação de informações. Se é assim, corre-se o risco de, mais uma vez o Brasil limitar-se a deblaterar contra as conspirações internacionais que não o deixam ingressar no Primeiro Mundo, ao invés de estabelecer com precisão uma escala de prioridades que nos permita enfrentar a situação como adultos, abandonando as choradeiras infantis.

Fizemos a Revolução Industrial com dois séculos de atraso em relação à Inglaterra e pelo menos um século em relação aos retardatários europeus. Se nos louvarmos das análises de Fukuyama – ao indicar que os países que fizeram aquela Revolução com base na presença massiva do Estado tornam-se vulneráveis na etapa presente – de saída contamos com esse diferencial desfavorável. Assim, torna-se uma exigência preliminar dar cabo do Estado empresário e deixar florescer um modelo de capitalismo baseado em grandes empresas, sujeitas a regulamentos e fiscalização sob a ótica da defesa dos interesses dos consumidores. Naturalmente, no caso brasileiro, em face dos nossos antecedentes contrareformistas, essa prerrogativa estatal precisará exercer-se à luz do dia, iluminada por poderosos holofotes dos meios de comunicação.

No tocante à organização do que presentemente denominamos de ensino fundamental, nosso atraso é também de um século, se comparado aos países que hoje compõem o mundo desenvolvido (não apenas os Estados Unidos e a Europa Ocidental, mas também o Japão). A experiência sugere que, em matéria educacional, toda a maestria consiste em encontrar uma fórmula que delegue, a outras instâncias que não o MEC, a formulação da política correspondente. Foi assim no passado⁽⁵⁾ e, presentemente, temos o exemplo da avaliação dos cursos superiores de graduação. Para discutir o assunto, em 1993, o CESGRANRIO criou uma revista denominada *Ensaio*. O modelo adotado com sucesso deve-se ao consenso estabelecido entre educadores, resultado advindo justamente do nível que aquela publicação conseguiu alcançar no debate do tema. O mérito do MEC consistiu em ter delegado a sua execução a organizações privadas de reconhecida competência na realização de concursos públicos, envolvendo contingentes relativamente grandes. Se tivesse inventado algum mecanismo tipo CAPES, teria ocorrido o que se verifica presentemente com a pós-

⁽⁵⁾ Temos em vista, entre outros, o movimento em prol da Universidade, patrocinado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), relatado no Capítulo II.

graduação, quando aquela entidade somente conseguiu criar um caldo de cultura favorável ao exercício impune da corrupção. A prática da CAPES corresponde ao velho esquema de “criar dificuldades para vender facilidades”.

O Instituto de Humanidades formulou uma proposta inteligente que poderia tirar o ensino fundamental do atoleiro em que se encontra. Consistiria em torná-lo grau terminal, direcionando-o no sentido da *educação para a cidadania*. Para tanto a duração do curso teria que ir sendo estendida, progressivamente, a onze/doze anos. O ensino fundamental é o único nível obrigatório para todos (teoricamente pois, na prática, nunca conseguimos chegar perto de semelhante desfecho). Adicionalmente à mudança curricular e reciclagem dos professores, seria imprescindível transformá-lo em primeira prioridade. Uma decisão dessas, se fosse para valer, teria que ser acompanhada do completo afastamento da União do ensino superior (sua presença aí corresponde a concorrência irresponsável a universidades estaduais consolidadas ou fazendo coisas erradas em unidades da federação que precisariam de entidades universitárias aptas a atender às suas particulares circunstâncias). De todos os modos, o Instituto de Humanidades não teve competência para debater a mencionada proposição entre os educadores. E somente no meio destes pode florescer o adequado encaminhamento do tema, já que os compromissos corporativos do MEC o inabilitam àquele propósito.

Outra prioridade – se quisermos de fato nos preparar para os desafios da sociedade do conhecimento – seria cuidarmos de estruturar a pesquisa científica. Com poucas exceções, nessa matéria nos limitamos a fingir que pesquisamos, sob a batuta da Sociedade para a Politização da Ciência, com seus quinze mil “cientistas” de carteirinha, que ainda não descobriram a existência do Prêmio Nobel. É preciso reconhecer que o Brasil não foi capaz, até o presente, de organizá-la. Um dos últimos presidentes do CNPq, prof. José Galizia Tundisi, admitiu que não atendia às necessidades do país. Os procedimentos em uso consistem no financiamento de propostas individuais (ou de pequenos grupos) procedentes da universidade. Ainda que o trabalho isolado não haja sido totalmente excluído (nem deva ser), a produção científica desde há algumas décadas é gerada em grandes laboratórios. Todos os progressos registrados nas comunicações provieram do centro de pesquisa da Bell Company, nos Estados Unidos. Emprega cerca de vinte mil pessoas, sendo o núcleo de pesquisa básica integrado por seis mil técnicos, quase metade dispendo do título de PhD. Fundado em 1925, até o início desta década havia patenteado mais de vinte mil invenções, entre estas as que produziram a verdadeira revolução que presenciamos nos serviços telefônicos e afins. Logo adiante procedo à caracterização mais detalhada desse aspecto.

Como primeiro passo para reestruturar o sistema, o prof. Tundisi sugeriu que 60% da pesquisa científica merecedora de financiamento oficial deveria ser induzida, isto é, o sistema atual passaria a dispor de apenas 40% das verbas. Além disto, indicou as áreas em que aqueles recursos deveriam ser concentrados “agronegócios; saúde; informática e ambiente” (*O Estado de S. Paulo*, 21.06.98).

Entendo que seria fantasioso tentar criar aqui grandes laboratórios concorrentes dos existentes nos países desenvolvidos.⁽⁶⁾ Mais realista seria mapear aqueles centros de pesquisa, definir (naturalmente em comum acordo com os pesquisadores individuais das respectivas áreas) quais as pesquisas atenderiam melhor aos nossos interesses e procurar acordos que

⁽⁶⁾ Mesmo a Europa está sendo obrigada a associar-se aos Estados Unidos. A liderança na pesquisa da física de partículas de alta energia passará a ser exercida pelo projeto conjunto em implantação nas proximidades de Genebra. Para que se tenha uma idéia do seu tamanho, disporá de acelerador de partículas com dimensões superiores ao americano, cujo diâmetro é de 6,5 km, que deixará de ser o maior do mundo.

possam ser mutuamente vantajosos. O Brasil sempre terá algo a oferecer. Em matéria de pesquisa genética, poucos países abrigam variedade de espécies equivalente à nossa. No que se refere à saúde, dispomos de condições mais adequadas que a África para tipificar e tratar doenças tropicais, na medida em que nosso saneamento básico, se ainda não é universal e completo, nada tem a ver com o caos existente na matéria naquele continente. Enfim, no plano da informática podemos nos transformar num grande mercado.

Por mais evidente que se nos afigure a viabilidade de uma proposta como a que formulamos, ninguém deve se iludir quanto às suas reais possibilidades. A Sociedade para a Politização da Ciência tudo fará para manter o status quo. Nessa circunstância, a reorganização da pesquisa científica no país passa pela derrota daquela Sociedade, que deve ser atacada em duas frentes.

A primeira visaria os aspectos teóricos da questão. Aqueles falsos cientistas acreditam piamente que a ciência está pronta e conclusa. Aprenderam isto com Comte e Marx e ainda estão ancorados num conceito oitocentista de ciência. Segundo supõem, esta não tem propriamente compromissos com a verdade mas com os procedimentos que permitam a substituição do sistema democrático representativo pelo sistema totalitário cooptativo. Lamentavelmente, o Brasil parece ser o último país do mundo onde o marxismo sobrevive no seio da intelectualidade, com o agravante do seu casamento com o positivismo. No fundo, trata-se do denominado *cientificismo*, que corresponde a uma das mais nefastas (e arraigadas) tradições que se instalaram em nossa cultura, como esperto ter evidenciado precedentemente.

O segundo aspecto é francamente moral. O discurso sobre a ciência tornou-se para aquela gente uma espécie de alibi através do qual tratam de assegurar um lugar no núcleo patrimonialista que domina o Estado. Certos de encontrar-se entre “os mais iguais do que os outros”, os corifeus daquela Sociedade têm conseguido, entre outras benesses, aposentar-se na universidade e voltar aos antigos cargos, dobrando os salários com esse procedimento cínico. Assim, tornam-se parte integrante do *patrimonialismo* de que temos procurado nos livrar, sem sucesso, em conformidade com o que procurei demonstrar.

Para que sejam encontradas fórmulas capazes de permitir a consolidação da pesquisa, imprescindível se torna distinguir pesquisa básica da pesquisa aplicada.

A National Science Foundation define pesquisa básica deste modo: “compreende projetos de pesquisa que representam uma investigação original, com vistas ao avanço do conhecimento científico, e que não têm objetivos comerciais específicos”. A organização desse tipo de pesquisa em instituições a esse fim destinadas é fenômeno relativamente tardio no curso do desenvolvimento dos países industrializados.

Originariamente, os pesquisadores eram indivíduos criativos que atuavam isoladamente, sendo estimulados pelas sociedades científicas. Seu objetivo era aprofundar o conhecimento dos processos naturais aplicando os métodos quantitativos consagrados pela física moderna. No século XIX, a Universidade Alemã procurou institucionalizar a investigação científica, criando a figura do pesquisador e facilitando-lhe os meios de realização do seu trabalho. Estavam lançadas as bases para a organização de grandes laboratórios devotados à pesquisa básica.

Paralelamente, inventores de máquinas e de artefatos acabam aproximando-se da grande indústria, ao tempo em que alguns indivíduos de talento cuidavam de promover a

aplicação da pesquisa científica aos processos industriais. Considera-se como pioneiro nessa esfera a Thomas Edson, que criou nos Estados Unidos o que se considera tenha sido o primeiro laboratório dedicado à pesquisa industrial, em 1876. Pouco depois, em 1886, Arthur D. Little organizou sua empresa, devotada ao sonho a que dedicou toda a sua vida: a aplicação da ciência à indústria.

Inspiradas em tais exemplos, as próprias empresas organizam seus laboratórios. São consideradas precursoras: Eastman Kodak, cujo laboratório se instalou em 1893; em 1895 seria a vez da B.F. Goodrich; em 1900, da General Electric e em 1902 da Du Pont. O laboratório da Bell Company, que se tornou um dos mais importantes do mundo, antes mencionado e que se tornou uma espécie de modelo, foi fundado, como indiquei, em 1925.

Na época da Primeira Guerra Mundial, existiam cerca de 100 laboratórios de pesquisa em indústrias dos Estados Unidos. Na década de sessenta, seu número já ascendia a 5.400. Explosão análoga ocorre na Inglaterra e na Alemanha.

Sobretudo neste pós-guerra, algumas grandes indústrias criam os seus próprios laboratórios de pesquisa básica e procuram aproximá-la das linhas de pesquisa aplicadas que já mantinham. As formas dessa aproximação são as mais diversas.

No caso da Bell Company, os pesquisadores dedicados à pesquisa básica indicam aqueles resultados, obtidos em seu trabalho, que poderiam ser reproduzidos e, portanto, patenteados. Destes, a companhia seleciona aqueles que serão estudados e desenvolvidos pelo pessoal devotado à pesquisa tecnológica. Graças à feliz combinação dos dois grupos, a Bell Company liderou, no período recente, os principais progressos ocorridos na esfera das comunicações, notadamente o emprego de satélites.

Outra forma de conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada é adotada pela Monsanto Chemical Corporation. A Monsanto mantém um Laboratório Central, incumbido da pesquisa básica, conjugado a laboratórios dedicados a desenvolver produtos e processos nas seguintes divisões: Agricultura, Hidrocarbonos, Química Orgânica, Plásticos e Química Inorgânica. Considera-se empreendimento muito bem sucedido.

De todos os modos e por maior que seja a conjugação, são autônomos os grupos que se ocupam da pesquisa básica e os que se acham voltados para a pesquisa tecnológica, também denominada de aplicada ou industrial. Achando-se associados a grandes empresas, estes últimos não trabalham apenas a partir de resultados obtidos na pesquisa básica, mas também de exigências de aprimoramento das próprias linhas de produção que as empresas mantêm.

Para atender à singularidade representada por essa conjugação, a National Science Foundation define o tipo descrito desse laboratório como aquele que “inclui projetos de pesquisa que representam investigação direcionada para a descoberta de novos conhecimentos e que têm objetivos comerciais específicos com respeito a determinados produtos e processos”.

Considera-se que o ponto de partida para a aproximação, em grande escala, entre pesquisa básica e pesquisa aplicada tenha sido o Projeto Manhattan, organizado em 1942, tendo entre os seus objetivos a fabricação da bomba atômica. Antes de ter sido vislumbrada aquela possibilidade, os cientistas estudavam radiação cósmica, como desdobramento dos

estudos que visavam a novos conhecimentos acerca do comportamento dos fenômenos elétricos. Da medida da radiação cósmica, obtida em diferentes altitudes, evoluiu-se para a chamada aceleração de partículas. Tal investigação é que permitiu chegar-se a hipóteses relativas à desagregação do núcleo atômico.

No caso do Projeto Manhattan não se deu apenas uma perfeita conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada como muitos dos cientistas que estavam dedicados à pesquisa básica e desinteressada acabaram atraídos para aquele empreendimento.

Subseqüentemente, a aceleração de partículas ganhou grande desenvolvimento, vindo a denominar-se Física de Partículas. Continuou facultando subprodutos na esfera tecnológica, podendo-se apontar o exemplo da tecnologia de supercondutores e inovações na área de robótica, mecânica fina, rede de comunicações, arquitetura de computadores, bem como na área médica, através de radioterapia com mesons Pi e reconstrotores de imagens, que não têm os efeitos colaterais dos aparelhos de Raios X.

O crescimento da pesquisa em grandes laboratórios – que alguns estudiosos denominam de *big science* – não eliminou o papel dos inventores independentes. J. Jewkes, D. Sawers e R. Stillerman, que estudaram os avanços científicos e tecnológicos ocorridos neste século, consideram que, tomando-se os 61 mais significativos dentre eles, cerca de metade foi produzida por indivíduos que não faziam parte de qualquer dos grandes laboratórios. Ainda assim, acredita-se que essa proporção tende a diminuir, levando-se em conta os custos crescentes exigidos pela pesquisa. Tomando-se a totalidade das patentes, nos Estados Unidos, em 1900, aproximadamente 80% eram individuais; em 1957, essa proporção havia caído para 40%.

Inventores independentes têm se agregado a grandes organizações para levar a bom termo suas pesquisas. É comum invocar-se o exemplo do químico francês Jacques Brandenberg, inventor do celofane, que começou trabalhando sozinho e acabou associado à grande indústria.

É também errônea a impressão de que os inventores autônomos são pessoas criativas e sem maior qualificação técnica. Os mais bem sucedidos são, ao contrário, pessoas altamente qualificadas, como Leo Backeland, que inventou a baquelite; Edwin Armstrong, que inventou o FM; Edwin Lande, que inventou a câmara Polaroid e assim por diante.

Nos países desenvolvidos, a pesquisa industrial é, em geral, orientada pelas solicitações de mercado. Na medida em que os custos envolvidos em tais pesquisas se avolumam, firmas de países diversos associam-se para atuar conjuntamente.

A principal vantagem na conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada consiste no fato de que os investimentos em tecnologia passam a ser liderados pela indústria, louvando-se de critérios realistas para definir prioridades. Adicionalmente, a confecção de protótipos é desde logo concebida em termos de linhas de produção, cuidando-se do ferramental. Nos projetos conduzidos em instituições do tipo da Universidade ou assemelhadas, como ocorre no Brasil, a tendência é que a iniciativa se esgote nos protótipos, porquanto os dispêndios exigidos por sua produção em série dão sempre equivalentes ou mais vultosos que os requeridos pela pesquisa tomada isoladamente.

A partir das indicações precedentes pode-se conceber a estruturação, em bases

definitivas, da pesquisa básica a ser mantida ou criada, que deveria merecer recursos públicos, embora isto não deva significar que o projeto tenha que efetivar-se igualmente em instituição estatal, podendo ser contratada com empresas privadas.

Nos Estados Unidos, semelhante procedimento tem proporcionado resultados expressivos, inclusive estimulando a concorrência entre organizações de pesquisa, o que, sem dúvida, estimula-as a continuar aprimorando-se ao invés de acomodar-se com os resultados alcançados.

Quanto aos temas a serem desenvolvidos, o país dispõe hoje de comunidade científica perfeitamente credenciada para estabelecê-lo. O realismo que o Poder Público poderia introduzir consistiria na preferência por aqueles que nos credenciassem a desenvolver o intercâmbio com os grandes centros de pesquisa do mundo desenvolvido. Em suma, o essencial seria evitar a insistência em projetos autárquicos, que parece ter sido a nota dominante nos últimos decênios.

Para nos tornarmos desenvolvidos do ponto de vista científico-tecnológico não temos porque nos esforçarmos no sentido de percorrer todas as etapas experimentadas pelas nações desenvolvidas. Se soubermos escolher com realismo os projetos prioritários, certamente estaremos em condições de darmos contribuições valiosas ao enriquecimento do patrimônio científico, comum a toda a humanidade.

A par disto, instituições públicas deveriam ser afastadas de toda espécie de pesquisa tecnológica. Esta deve ser da responsabilidade exclusiva da iniciativa privada que, para tanto, merecerá os incentivos que a lei já faculta. Ao mesmo tempo, pesquisa básica efetivada em instituições governamentais deveriam ter em vista associações com a iniciativa privada sempre e quando a conjugação com a pesquisa tecnológica (aplicada) se tornasse imprescindível.

Quanto ao futuro desse ramos do saber, gostaria de chamar a atenção para o fato de que o Conselho de Pesquisa da Suécia desenvolveu, entre 1990 e 1003, um projeto destinado a identificar quais as principais modificações que devem ocorrer na pesquisa científica, tecnológica e de humanidades em face das transformações pelas quais vem passando a sociedade no Ocidente. O projeto contou com a colaboração da Universidade da Califórnia (Estados Unidos). Subseqüentemente envolveram-se diversas instituições (entre outras as Universidades de Sussex, Inglaterra; de Viena, Áustria e de Quebec, Canadá). Os resultados constam do livro *The New Production of Knowledge. The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*, 1994-1995, de que apareceu edição comercial em 1996 (London, Sage Publications). Apesar de ter contado com a colaboração de um brasileiro (Simon Schwartzman) e de sua alta significação, os responsáveis pela formulação da chamada “política científica” não produziram nenhuma demonstração de que dele tivessem tomado conhecimento. Essa demonstração de auto-suficiência resulta da estrutura corporativista de que veio a revestir-se o setor e certamente vai nos custar muito caro. A breve indicação de suas principais conclusões servirá para evidenciar como estamos distante da realidade.

A primeira advertência consiste em que a pesquisa passará a depender cada vez mais das exigências do mercado e vão definir-se no contexto da aplicação. Não se trata simplesmente de considerações de ordem comercial, mas sobretudo do fato de que o conhecimento se difundiu pela sociedade, diversificando-se extremamente as demandas e expectativas. Lembro a propósito desta primeira conclusão que Peter Drucker, o renomado

teórico da administração, define-a diretamente como “sociedade do conhecimento”.

As pesquisas terão como principal característica o que denominam de “transdisciplinabilidade”. O emprego do novo termo pretende indicar que não abrange apenas diversas disciplinas (interdisciplinabilidade). Estando voltadas para a sociedade, tanto em termos de aplicação como de definição, são sobretudo dinâmicas, podendo englobar sucessivamente novos atores.

Deve-se esperar a ampliação do número potencial de locais onde o conhecimento pode ser criado. “Não apenas universidades e colégios, mas institutos não universitários, centros de pesquisa, agências governamentais, laboratórios industriais, ‘think-tanks’ e consultorias, em franca interação”. As pesquisas estarão sujeitas ao controle social. O estudo destaca que continuarão surgindo novos grupos de interesses desejosos de fazer-se representar nos órgãos decisórios da “política científica”, pela crescente ingerência que a técnica e a ciência têm na vida de cada um. Aos interessados no meio ambiente agregam-se os que se preocupam com a biotecnologia e seus reflexos na medicina; os que desejam influir nos meios de comunicação, notadamente em termos de privacidade e respeito a determinada escala de valores; e os que querem opinar sobre aborto e planejamento familiar. A expectativa é de ampliação sucessiva dessa lista. O livro aborda especificamente cada um dos grandes campos de pesquisa (científica, tecnológica e de humanidades) com observações de grande pertinência.

Verifica-se que a pesquisa caminha no sentido crescente da transparência e do amplo envolvimento da sociedade, sem embargo de que os especialistas continuam como o elo inicial da cadeia. No caso brasileiro, o quadro é diametralmente oposto. Grupos fechados que a ninguém prestam contas têm domínio absoluto das instituições. O caso da pesquisa patrocinada pela Capes, é bem um exemplo do desperdício de recursos públicos, tratando-se no fundo de uma duplicação desnecessária desde que o CNPq faz a mesma coisa, ambas consumindo a parcela fundamental das verbas com os próprios funcionários. Tomando como exemplo a filosofia, balanço patrocinado pela PUC do Rio Grande do Sul concluiu que todo o conjunto de publicações filosóficas é devido apenas a 10% dos professores, que muito provavelmente não contam com quaisquer estímulos, pois as bolsas e outras franquias distribuem-se cartorialmente. À luz das conclusões do estudo patrocinado pela Suécia, parece essencial promover-se o arejamento dessa área.

Uma última questão.

Ao que tudo indica, dispomos de instrumentos capazes de promover o desenvolvimento da pesquisa tecnológica mas os resultados de sua aplicação deixam a desejar. Assim, a conhecida colunista Miriam Leitão apurou (em julho do ano passado) “que 85% dos pedidos de patentes em tramitação hoje no INPI são de companhias estrangeiras não estabelecidas no país”. Segundo a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (ANPEI), existem cerca de 6.000 pesquisadores trabalhando no setor privado, enquanto na Coreia somam 75.000. Apenas para situar o distanciamento em que nos encontramos: se tomássemos ao PIB coreano como proporção (aproximadamente um terço do nosso), precisaríamos dispor de pelo menos 200.000 pesquisadores trabalhando no setor privado. Esse número não deve ser considerado como exagero. Nos Estados Unidos, o número de especialistas devotados à pesquisa tecnológica equivale a 760.000.

As pessoas que se têm ocupado do estudo da questão consideram que o modelo

mais adequado para estimular a pesquisa tecnológica corresponde ao que estabeleceu a Lei de Informática (nº 8.248), isto é, a empresa que se proponha obter incentivos (sobretudo redução de impostos e critérios especiais para depreciação de ativos) deve aplicar em pesquisa uma determinada proporção do faturamento. Outro instrumento adequadamente concebido seria o PACTI (Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica Industrial), destinado a proporcionar linhas de crédito. finalmente, o terceiro seriam os Institutos de Pesquisa que se consagraram, a exemplo do IPT de São Paulo.

Em que pese a disponibilidade dos meios e a presença de casos isolados, comprobatórios de sua eficácia, a pesquisa tecnológica no país não deslança. A revista da FIESP de setembro do ano passado dedica matéria ao tema com este expressivo título: “Muita conversa e pouca ação”. Ali se indica, entre outras coisas, que “77% do universo industrial paulista desconhece o PACTI”.

A meu ver, falta a obtenção de consenso na liderança empresarial que deve capitanear o processo. Indicaria que um princípio básico, não suficientemente enfatizado, consiste em estabelecer que a pesquisa tecnológica tem que estar obrigatoriamente vinculada ao processo produtivo. Instituições governamentais ainda patrocinam programas dissociados de tal princípio. A experiência internacional comprova que o custo do ferramental para multiplicar um protótipo pode mesmo ultrapassar os gastos por este exigidos. A pesquisa acoplada à produção permite que os dois processos caminhem juntos.

O segundo princípio (ou regra) seria que, a partir de determinadas dimensões, a empresa somente receberia o incentivo se dispuser de pesquisadores próprios e correspondentes esquemas para formação e aperfeiçoamento. Nesse particular, como têm advertido as empresas que desenvolvem esse tipo de programa, os níveis do incentivo precisam ser estabelecidos de forma que o empresário não dê preferência à importação de know-how (naturalmente sempre haverá situações em que este seja o caminho apropriado porquanto não se trata de imaginar desenvolvimento autárquico, aliás de antemão fadado ao fracasso como atestam os múltiplos erros que cometemos no passado).

As empresas que ficassem abaixo daquelas dimensões teriam que contar com a ajuda do IPT e instituições afins. O conhecido instituto paulista dispõe de notável experiência na matéria, inclusive de atuação conjunta com entidades empresariais, do mesmo modo que o Instituto de Tecnologia Alimentar (ITAL) e alguns outros. Evidentemente, programas conjuntos só são factíveis naqueles casos em que a técnica disponível não esteja envolta em segredo, embora, por certo, não se possa sempre associar a tal circunstância o tamanho do empreendimento.

O artigo da revista da FIESP, antes referido, teve por objetivo expresso determinar “quais os riscos provocados pelo fraco desempenho do Brasil numa área chave para a competitividade”. Nesse mister, estamos literalmente brincando com fogo. A saída que enxergo consiste em que o empresariado privado assuma diretamente a liderança do processo, já que o Estado não seria a instância requerida. Poucas tarefas, dentre as que lhe incumbe, mereceriam idêntica prioridade.

3. Vias de superação da moral contra reformistas

Conforme indicamos, a moral contra reformista constitui uma tradição arraigada em nosso meio, com dois agravantes.

Primeiro, tem sido sucessivamente alimentada pela Igreja Católica, que continua reafirmando, entre nós, a sua opção pela pobreza e sua recusa do capitalismo, em que pese a circunstância de que, sob João Paulo II, aquela igreja haja fixado novo posicionamento.

Ubiratan Macedo teria oportunidade de registrar que na encíclica *O centenário da Rerum Novarum* (1991) o Papa insiste em que, se bem a “Igreja não tem modelos a propor ... reconhece o valor positivo do mercado e da empresa”, para, em seguida, proceder a esta transcrição, em que responde à pergunta se o capitalismo seria o sistema adequado ao Terceiro Mundo:

“Se por “capitalismo” se indica um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no setor, a resposta certamente é positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de economia de empresa ou de economia de mercado, ou simplesmente de economia livre. Mas se por capitalismo se entende um sistema onde a liberdade no setor da economia não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque a serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão dessa liberdade, cujo centro seja ético e religioso, então a resposta é, sem dúvida, negativa”.

E, logo adiante, comenta Ubiratan Macedo: “Impossível pedir uma mais completa adesão ao capitalismo ocidental moderno; o que rejeita é o capitalismo manchesteriano do início do século XIX sem lei social alguma. Mesmo porque, antes da pergunta já o Papa escrevera: “Na sociedade ocidental foi superada a exploração, pelo menos nas formas analisadas e descritas por Karl Marx”.⁽⁷⁾

No Brasil, a CNBB ignora solenemente essa revisão e continua comportando-se como um partido político cujo propósito é violar as regras da convivência democrática e levar-nos a uma ditadura do tipo cubano, por mais anacrônica que possa parecer semelhante postulação. Alimenta e insufla o radicalismo do PT e dos movimentos que lidera, a exemplo do MST.

Segundo, de parte da intelectualidade não há o menor interesse na avaliação crítica do contra reformismo, seguindo aliás outra de nossas tradições. De modo que parece vã a suposição de que o Brasil possa mudar pela educação. Para tanto teria ao menos que haver uma proposta que considerasse a questão moral em sua inteireza. Ao contrário disto, o cientificismo e o patrimonialismo têm contribuído para reforçar as teses ocas da moral contra reformista, destilando ódio contra o lucro e a riqueza.

Entretanto, o quadro não é de total desesperança, mesmo porque ninguém sabe como as tradições culturais perdem ou ganham impulso. A linha de combate ao patrimonialismo e ao cientificismo contribui para dar crescente vitalidade às nossas tradições liberais, na medida em que atua no sentido de reforçar as instituições do sistema

⁽⁷⁾ *Liberalismo e justiça social*. São Paulo, IBRASA, 1995, p. 100.

representativo. Embora não tenha conseguido imprimir seus rumos ao país, aquelas tradições tampouco desapareceram, por mais que, de tempos em tempos, esse desfecho seja trombeteado.

A par disto, estudiosos têm chamado a atenção para a possibilidade de que, como resultado do surto das religiões evangélicas, criem-se no país condições favoráveis ao capitalismo.⁽⁸⁾ nessa obra fundamenta a tese de que o mencionado surto representa uma espécie de terceira onda de expansão do protestantismo, sendo a primeira devida aos presbiterianos e, a segunda, aos metodistas. Em ambas as circunstâncias, a primeira na Inglaterra e a segunda nos Estados Unidos, formaram-se economias capitalistas sólidas, o que o leva a concluir que, muito provavelmente, ocorrerá o mesmo, desta vez na América Latina.

No ano seguinte, para participar do seminário dedicado ao tema “The culture of entrepreneurship” (São Francisco, USA, 1991), sob o patrocínio do Institute for the Study of Economic Culture, da Universidade de Boston, David Martin preparou um “paper” intitulado “The Economic Fruits of the Spirit”,⁽⁹⁾ cujas teses principais são resumidas a seguir.

Enfatiza que o aparecimento de quarenta ou cinquenta milhões de protestantes ao Sul do Rio Grande não havia sido previsto pelos sociólogos. A suposição era a de que, cumprido o seu papel histórico na e nos Estados Unidos, o protestantismo se retirara da cena. A hipótese geralmente aceita era a de que aquela região do mundo acabasse adotando algum modelo de inspiração marxista. A América Latina estaria destinada a passar diretamente do catolicismo ao coletivismo.

Semelhante novidade não conduziu aqueles analistas a rever os seus pressupostos. Ao invés disso, o surto das religiões evangélicas na Região está sendo subestimado. Acha-se no fundo que o fenômeno pode estar associado ao financiamento pelos congêneres norte-americanos.

Ocorre que a adesão tem abrangido famílias e comunidades inteiras. Essa circunstância impõe que se abandone a simplificação segundo a qual tratar-se-ia de subproduto artificial da hegemonia americana. E, como consequência dessa disposição de reexame, teremos de nos voltar para a consideração da problemática clássica suscitada por Max Weber. Em síntese, coloca textualmente a seguinte questão: “se a reforma dos costumes, a mudança das disposições psíquicas e as formas de solidariedade religiosa, ora surgidas na América Latina, simultaneamente não provocarão mudança no destino dos que se acham envolvidos, preparando o caminho da organização capitalista”.

Para tentar responder à questão, David Martin estabelece uma distinção entre o ciclo precedente de aparecimento do protestantismo na América Latina, liderado sobretudo pelos batistas e presbiterianos, do atual, capitaneado pelas igrejas pentecostais. Menciona dois estudos precedentes que põem em dúvida a possibilidade de qualquer reviravolta maior. Um desses estudos é de uma brasileira Cecília Mariz, consistindo de uma tese de doutoramento (**Religion and Coping with Poverty in Brazil**. PhD dissertation. Boston University, 1989).

⁽⁸⁾ *Tongues of fire*. Oxford, Basil Blackwell, 1990.

⁽⁹⁾ *in The Culture of Entrepreneurship*, edited by Brigitte Berger, San Francisco, California, ICS Press, 1991, p. 73-84.

Ambos destacam a mudança de comportamento das camadas mais pobres, decorrentes da conversão, notadamente diante do trabalho e das vicissitudes, assumindo-as. Parece-lhes que, certamente, adquirem melhores condições para enfrentar a pobreza. Contudo, disso não resultou o aparecimento de capacidade empresarial.

O argumento de David Martins é no sentido de que a mudança de ambiente familiar deve influir no comportamento das futuras gerações. Adicionalmente, cabe destacar o fato de que, no conjunto das igrejas em expansão, sobressaiam os mormons e os adventistas. Estes adotam e difundem os valores da classe média dos Estados Unidos e exaltam o estilo de vida norte-americano.

Depois de analisar situações específicas de países, Martin conclui deste modo: “Não há meio de saber onde se encontram aqueles com aptidão para a mudança, entre os que adotaram o novo modelo de fé, ou se os que se convertem tornam-se aptos para a mudança. Requer-se sobretudo uma resposta imaginativa que considere um mínimo de duas gerações – ou, possivelmente, algumas. Uma religião que encoraja a solidariedade e a disciplina pessoal, e que se desenvolve num estilo participativo, que elimina a hierarquia na mediação entre o homem e Deus, e que é criadora e ajuda a criar um ambiente competitivo, pode também originar proveitosa e potente condição para a cultura empresarial”.

Como indicam os próprios estudos antes mencionados, o fenômeno considerado ainda não se desenvolveu durante tempo suficiente a fim de que se disponha de elementos para avaliar, de maneira consistente, suas conseqüências. De todos os modos, pelo menos no caso brasileiro, tem produzido alterações dignas de nota.

A primeira delas é que o monopólio da Igreja Católica foi abalado, ao que tudo indica, de forma definitiva. O Instituto de Estudos da Religião (ISER), com sede no Rio de Janeiro, vem se dedicando, há vários anos, ao estudo das igrejas evangélicas, tendo inclusive elaborado um censo, o que lhe faculta análises bastante confiáveis.

Segundo o ISER, os evangélicos já correspondem a 20,2% da população (em torno de 30 milhões). No Censo Demográfico de 1991, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia apurado que 65,6% da população declarava-se católica, enquanto os evangélicos seriam 12,2%. Tendo passado para 20,2% em 1997, segundo os levantamentos do ISER, registra crescimento de 65% em apenas seis anos. O ISER indica que, nesse último ano (1997), os católicos se haviam reduzido para 56,9%.

Mais interessante é que os evangélicos são praticantes enquanto, entre os católicos, apenas 14,5% freqüentam a igreja (ISER, 1997). Deste modo, os católicos de fato (e não apenas por tradição) seriam em número inferior aos evangélicos. Há projeções que indicam essa superioridade dar-se-á, na Grande São Paulo, em termos absolutos, já no início deste novo século.⁽¹⁰⁾

A segunda alteração consiste no aparecimento, no Congresso Nacional, de uma representação eleita por aqueles segmentos da população. A bancada evangélica na Câmara dos deputados, na atual Legislatura (1998-2002), é de 46 deputados. O PT, que se considera siga a orientação dos setores mais radicais da Igreja Católica, obteve 58 mandatos na mesma Legislatura.

⁽¹⁰⁾ As demais religiões (no Censo do IBGE, afro-brasileiras, espíritas e outros), em 1991, equivaleriam a 20,2%. Segundo o ISER, em 1997 espíritas e afros correspondiam a 8%, havendo 12,7% sem qualquer religião.

Menciono, finalmente, um fenômeno mal estudado, para o qual Ricardo Vélez Rodríguez tem chamado a atenção, e que vai na direção do que sugere David Martin. Tenho em vista a elevação dos padrões de renda na Baixada Fluminense, cujo resultado mais visível é o deslocamento de sua classe média para a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Tal deslocamento se faz com o empenho aberto de imitar o *american way of life*, expresso entre outras coisas pela estridente inauguração de um shopping e centro cultural, com denominação americana e tendo a Estátua da Liberdade implantada em sua frente.

4. O comportamento recomendável diante do mistério representado pela vitalidade das velhas tradições culturais

No século XIX, o Brasil logrou constituir instituições do sistema representativo que asseguraram o mais longo período de estabilidade política de nossa história. A rigor, o ciclo das revoltas de índole separatista – às vezes sob o manto do ideal republicano, como se dava no Sul – encerra-se nos começos da década de quarenta.⁽¹¹⁾ Os grupos sociais, que tinham interesses organizados a defender, aprenderam na prática as vantagens de solucionar os inevitáveis conflitos, dali advindos, através da negociação, podendo mesmo confrontá-la com a experiência anterior das guerras civis, de desfecho imprevisível e que acabava a todos prejudicando. As reformas do processo eleitoral introduzidas pelo Visconde de Uruguai, em 1841, abriram o caminho às sucessivas revisões, culminando com a Lei Saraiva de 1881, que ampliou de modo expressivo a representação das cidades.

Os críticos apressados que focalizam unilateralmente o caráter limitado do sufrágio, sob o Império, esquecem que, no país onde nasceram aquelas instituições, a Inglaterra, o processo de sua democratização estendeu-se ao longo de um século. Iniciando-se em 1832, com a ampliação da representação das cidades, concluiu-se apenas em 1928, ao assegurar o direito de voto a todos os adultos independentemente do sexo. As restrições quanto à renda somente são amenizadas em 1872 (abolidas em 1884), caminho que também seguimos mais ou menos na mesma época, com a mencionada Lei Saraiva.

Durante cerca de meio século o Brasil não teve, como afirmou então o publicista francês Charles Ribeyrolles, “nem processos políticos, nem prisioneiros de Estado, nem processos de imprensa, nem conspiração, nem banimento”. Vivendo sob Napoleão III podia muito bem avaliar o valor da estabilidade política. A França começou republicana, em 1848, com aquele governante, situação que durou apenas quatro anos, regressando-se à monarquia em 1852, praticamente em moldes absolutistas durante os oito anos seguintes. Embora abrandadas as restrições às liberdades, na década de sessenta, a monarquia parlamentar restaurou-se apenas em 1869, vigorando menos de um ano, já que em 1870 cai Napoleão III e instaura-se a III República, com ferrenha oposição monárquica perpetuando a instabilidade.

Assim, os resultados por nós alcançados em termos de funcionamento da sociedade não eram dados a todos. Deixávamos para traz a França, cuja cultura merecia na época admiração irrestrita da imensa maioria da elite. Tal seria o confronto legítimo já que as preocupações de ordem democrática achavam-se limitadas ao mundo anglo-saxão.

⁽¹¹⁾ A Praieira (1848) não esteve associada aos propósitos da Confederação do Equador. Do mesmo modo que a revolta dos liberais de 1842, consistia numa tentativa, que não vingou, de alterar pela força as regras do novo sistema (parlamentarista) em sua fase inicial.

Boanerges Ribeiro, no livro *Protestantismo e cultura brasileira* (1981) ressalta a exemplar tolerância religiosa garantida por autoridades policiais e judiciárias no Império, apesar de haver uma religião oficial, ao contrário do que ocorria em Portugal. É preciso não esquecer também que foi ainda no Império que se criou o Partido Republicano, aspirando, a partir do próprio nome, substituir o sistema vigente, prerrogativa negada aos monarquistas, sob a República, inclusive com o sacrifício de vidas humanas.⁽¹²⁾

Nos anos oitenta, tivemos duas eleições sob o novo sistema eleitoral instituído pela Lei Saraiva. Na primeira (1884), enquanto os liberais ganham a eleição, nacionalmente com discreta maioria, em Minas Gerais, cujo eleitorado passou a ser predominantemente urbano, fazem 12 cadeiras contra 7 conservadores e 1 republicano. Em 1886, quando os conservadores alcançam esmagadora maioria no plano nacional, em Minas Gerais os liberais fazem 11 deputados e os conservadores 9. Assim, a nova legislação dá início não só à democratização do processo como à diferenciação entre o Partido Liberal e o Partido Conservador.

Em síntese, passamos a dispor de uma tradição liberal que pode exibir frutos expressivos, além da invejável estabilidade política, a unidade do país, feito notável que nunca é demais exaltar. Aquela tradição louvou-se de respeitável elaboração teórica, de que são exemplos magistrais o *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862), de Uruguai, e *Direito público e análise da Constituição do Império* (1857). Elaboração teórica que se inspira em autores da estatura de François Guizot e Alexis de Tocqueville.

É claro que tínhamos problemas, entre estes a escravidão, que acabaria levando os Estados Unidos a sangrenta guerra civil. Mas conseguimos extingui-la sem maiores traumas, embora do ponto de vista social não tenhamos chegado a dispor de propostas claras e viáveis para integrar os ex-escravos em novas bases.

Pois bem. A tradição liberal foi abruptamente interrompida num único dia. A nova liderança que emergiu, militar e positivista, não sabia precisamente a que vinha além de achar-se estribada numa elaboração teórica simplista e contraditória. Basta dizer que os militares que se agarraram à pregação de Augusto Comte não tomaram conhecimento do fato de que aquele pensador francês preconizava a dissolução dos Exércitos e sua substituição por milícias populares e nunca enfrentaram as críticas, a esse propósito, que lhe foram dirigidas pela Igreja Positivista. Ao longo de quase uma década incendiaram o país com a sua tentativa de implantar entre nós uma ditadura, que supunham tornava-se palatável adjetivando-a de republicana. Terminaram derrotados por uma elite civil que, se bem proveniente do Império, estava longe de ser liberal. É certo que, valendo-se da confusão e da perplexidade dos militares, pequeno grupo autenticamente liberal conseguiu impingir-lhes uma Constituição, fato que serviu sobretudo para iniciar no país a chamada prática das “leis que não colam”, isto é, não chegam a ter vigência.

⁽¹²⁾ Como represália às sucessivas derrotas em Canudos, segundo registra José Maria Bello, “os monarquistas pagariam com a vida”. Em março de 1897, escreve, “Foram atacadas e destruídas, ante a polícia impotente ou conivente, as redações de três jornais monarquistas, e, no dia imediato, na estação da estrada de ferro que liga o Rio de Janeiro a Petrópolis, era assassinado por um grupo de jacobinos o capitalista Gentil de Castro, comandatário de dois jornais monarquistas e amigo íntimo do Visconde de Ouro Preto. Este mesmo, que, com um dos filhos, Afonso Celso, se encontrava ao lado de Gentil de Castro, pode escapar a custo a sorte idêntica à de seu amigo”. (*História da República*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 6ª edição, 1969, p. 148-149).

Como se explica que se haja sustentado uma proposta aparentemente tão frágil e inconsistente? A idéia republicana não dispunha de maiores suportes no país. Em que pese as facilidades criadas pela Lei Saraiva, os republicanos não lograram constituir uma bancada na Câmara. Pode-se adicionalmente aventar a hipótese de que, como era pouco provável que se chegasse a um Terceiro Reinado, pela ausência, na Casa Reinante, de uma figura apta a substituir Pedro II, aceitável pela liderança política, o país marcharia pacificamente para uma República Parlamentar, tanto mais que era esse o modelo oferecido pela França, que em outras esferas chegara a ser fonte inspiradora.

Sem encontrar uma explicação plausível para resultado tão inusitado, Silvio Romero indicou que se tratava de “um movimento subterrâneo que vinha de longe”. De fato, consistia na erupção de uma velha tradição cultural que, muito provavelmente, a liderança imperial supunha tivesse sido superada. Semelhante equívoco explicaria que, se bem fossem todos pessoas ilustradas e atentas aos obstáculos presentes à consolidação da monarquia constitucional,⁽¹³⁾ deixaram florescer, sem combatê-la do ponto de vista teórico, a tradição cientificista cultuada na Real Academia Militar. A experiência mostrou que a adoção de uma religião oficial impedia que o país pudesse dispor de moral social de tipo consensual, que, sabemos hoje, é um dos suportes do sistema representativo. Ainda que o tema não se apresentasse com tal clareza, Tavares Bastos lutou para revogar o princípio, sem resultados, em que pese as notórias simpatias com que contava na Corte. Outra lacuna consistiu na ausência de crítica à moral contrareformista.

Mas será que isto explica a sobrevivência daquelas tradições, em condições de suplantar, da noite para o dia, uma experiência tão edificante? Em sã consciência, ninguém sabe responder. Nisto precisamente consiste o grande mistério que envolve o destino das tradições culturais.

Ainda mais: apesar da truculência com que a República investirá contra o liberalismo este logrou sobreviver, o que evidencia se haja transformado, também, numa de nossas imbatíveis tradições culturais.

Diante desta conclusão, qual seria o comportamento recomendável? Omitir-se? Deixar de denunciar que a presente deblateração contra o sistema representativo e o capitalismo são reminiscências do século XVIII que já deveriam ter sido ultrapassadas? Parece que não.

Na marcha do andor, o atual ciclo de abertura política tem toda probabilidade de dar com os burros n'água. Sobretudo porque a massa da população não associa a péssima distribuição de renda à persistência do patrimonialismo. Aqui como na Rússia pós regime soviético, os patrimonialistas têm uma grande audiência. Essa audiência é impeditiva do pleno florescimento do capitalismo, que seria a única forma de disseminar no país focos de desenvolvimento econômico, a exemplo dos que poderiam resultar da privatização da Petrobrás. Adicionalmente, ao invés de drenar recursos do Tesouro, as novas empresas dali surgidas passariam a contribuir, de forma expressiva, com impostos. Ademais, a liberação do Tesouro daquele ônus poderia gerar recursos, digamos, a fim de que o Estado contribuísse com a sua parte para o saneamento da Previdência oficial.

⁽¹³⁾ A obra de Uruguai estriba-se precisamente na tese de que, para copiar as instituições de um outro país, cabe conhecê-las em profundidade e, ao mesmo tempo, saber identificar as dificuldades da iniciativa.

Na seleção dos eventos que considerou no magnífico livro intitulado *A marcha da insensatez*, Barbara Tuchman (1912-1989) adotou como critério que o erro representado por aquele passo tivesse sido denunciado antes de que a elite decidisse empreendê-lo. Quando mais não seja, a nossa denúncia, se não revelar maior eficácia, servirá ao menos para evidenciar, perante o historiador do futuro, que nem todos estavam cegos. Certamente que é pouco. Mas não deixa de representar mais um estímulo à nossa persistência.